

ANTONIO JOÃO TEIXEIRA

# IMPORTÂNCIA LINGÜÍSTICA DE UMA ABORDAGEM SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DOS MODAIS EM INGLÊS

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre, Área de Concentração: Língua Inglesa, apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1980

PROFESSORA ORIENTADORA  
Doutora OTILIA ARNS  
Titular de Língua e  
Literatura Inglesa da  
Universidade Federal do  
Paraná.

#### AGRADECIMENTOS

Ao Professor Carlos Alberto Faraco, Consultor em Semântica, pelas valiosas sugestões e esclarecimentos durante a execução deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação.

## SUMÁRIO

Partes	Páginas
Resumo .....	vi
Abstract .....	vii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Definição do problema .....	1
1. 2. Objetivos e justificativa .....	2
2. DESENVOLVIMENTO .....	4
2.1. <u>Revisão crítica da literatura</u> .....	4
2.1.1. A Gramática Tradicional .....	4
2.1.1.1. Considerações gerais .....	4
2.1.1.2. Os modais na Gramática Tradicional .....	7
2.1.2. O Estruturalismo Americano .....	16
2.1.2.1. Considerações gerais .....	16
2.1.2.2. Os modais no Estruturalismo Americano .....	22
2.1.3. A Lingüística Gerativo-Transformacional .....	24
2.1.3.1. Considerações gerais .....	24
2.1.3.2. Os modais na Lingüística Gerativo-Transformacional .....	29
2.2. <u>Novas posturas lingüísticas</u> .....	37
2.2.1. Fenômenos relacionados ao contexto de enunciação .....	38
2.2.1.1. A dêixis .....	38
2.2.1.2. Escalas de formalidade .....	39
2.2.1.3. Os atos de fala .....	41
2.2.1.4. A pressuposição (condições de felicidade) ..	46
2.2.2. Integração de informações de ordem pragmática	

Partes	Páginas
na teoria lingüística .....	49
2.3. <u>Os modais numa abordagem semântico-pragmática</u> ..	53
2.3.1. <u>Can</u> e <u>may</u> - um problema de quantificação .....	54
2.3.2. Atitude do falante com relação ao ouvinte ....	56
2.3.3. Atitude do falante com relação ao conteúdo do enunciado .....	64
2.3.4. <u>Must</u> e <u>should</u> - natureza pragmática de sua distinção .....	66
2.3.5. Outros pares de modais .....	68
2.3.5.1. <u>Can/could</u> .....	68
2.3.5.2. <u>May/might</u> .....	70
2.3.5.3. <u>Must/ought to</u> .....	73
2.3.5.4. <u>May</u> permissão, <u>can</u> possibilidade - uma espé- cie de imperativo .....	76
2.3.6. A ironia expressa através dos modais - consi- derações baseadas em informações pragmáticas .	77
3. CONCLUSÃO .....	81
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	86

## RESUMO

Na descrição dos modais em inglês tem prevalecido a abordagem de seus aspectos formais em detrimento de considerações contextuais. Tanto a Gramática Tradicional quanto o Estruturalismo Americano e a Linguística Gerativo-Transformacional trataram dos modais independentemente do contexto em que eles são empregados.

Entretanto, a existência de fenômenos linguísticos que são diretamente ligados ao contexto em que são produzidos os enunciados - os atos de fala e a dêixis, por exemplo - chamam-nos a atenção para o fato de que características contextuais são relevantes e não podem ser ignoradas, se pretendemos realizar uma descrição linguística satisfatória.

Isso se verifica principalmente no caso dos modais em inglês, porque eles expressam, por exemplo, intenções e atitudes dos falantes, sua anuência com relação ao conteúdo do enunciado e outras noções que dependem diretamente do contexto em que os modais se realizam.

Considerando o fato de que nem sempre o significado dos modais pode ser determinado em bases exclusivamente sintáticas ou semânticas, acreditamos que uma abordagem semântico-pragmática dos modais em inglês - seguindo a linha adotada por Robin Lakoff - é a mais eficaz.

Na última parte desta dissertação tentamos esboçar uma descrição de alguns pares de modais, enfatizando suas características contextuais e ao mesmo tempo apontando as implicações pedagógicas que pode ter uma abordagem como a que defendemos.

## ABSTRACT

In the description of modal verbs in English their formal aspects have prevailed over contextual considerations. Traditional Grammar as well as American Structuralism and Transformational-Generative Grammar have dealt with modal verbs independently of the context in which they occur.

However, the existence of linguistic phenomena directly related to the context in which utterances are produced - like speech acts and deixis - draw our attention to the fact that contextual characteristics are relevant and cannot be ignored if we intend to make a satisfactory linguistic description.

This can be detected mainly in the case of modals in English because they express, for instance, the speaker's intentions and attitudes, his agreement to the content of an utterance and other notions that directly depend on the context in which modal verbs occur.

Considering the fact that the meaning of modal verbs cannot always be determined on syntactic or semantic grounds, we believe that a semantic-pragmatic approach of modal verbs in English - following Robin Lakoff's view - is the most effective.

In the last part of this dissertation we try to sketch a description of a few pairs of modals, emphasizing their contextual characteristics and at the same time pointing out the pedagogical implications that such a description can have.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Definição do problema

"The definition and description of modality has been one of the most pervasive and persistent problems in linguistics (...)." Assim Robin Lakoff inicia um de seus estudos sobre os modais em inglês\*. E as razões para tal afirmação, ainda segundo a autora, são claras: entre outras, questões como as irregularidades sintáticas e semânticas que eles apresentam e o fato de a modalidade nem sempre ser expressa superficialmente através de modais. Além disso, alguns autores - Ross e Newmeyer, por exemplo - consideram os modais uma subclasse de verbos; outros, como Gleason, uma classe à parte. Mas algumas de suas propriedades estão claramente relacionadas a propriedades de verbos e só poderão ser explicadas se considerarmos os modais também como verbos.

Como vemos, na própria conceituação dos modais esbarramos em dificuldades e no corpo deste trabalho este assunto voltará a ser discutido. O que nos parece claro, todavia, e que procuraremos discutir nos próximos capítulos, é que não podemos, no tocante aos modais, restringir-nos apenas a considerações de natureza sintática ou semântica. Há fatores,

---

\*Esse estudo<sup>23</sup> será abordado mais minuciosamente no capítulo 2.3 desta dissertação.

claramente relacionados ao contexto em que são empregados os enunciados contendo modais, que são indispensáveis para a exata compreensão do significado de tais enunciados. Tais fatores são, por exemplo, as intenções do falante, o efeito que ele quer produzir no ouvinte, que podem se manifestar em ironia, cortesia, tato e assim por diante.

## 1.2. Objetivos e justificativa

Não poderíamos, num trabalho nos moldes deste que estamos realizando, esgotar o assunto modais, nem é esse nosso objetivo. O problema é bastante complexo e controvertido e nos dispusemos a discutir questões para as quais não se têm ainda respostas definitivas e que nos parecem relevantes do ponto de vista das mais recentes investigações lingüísticas.

Esta dissertação se propõe questionar o modo como os modais têm sido tratados até os nossos dias. Para tanto, consideraremos, na primeira parte do desenvolvimento, as abordagens feitas pela Gramática Tradicional, pelo Estruturalismo Americano e pela Lingüística Gerativo-Transformacional. De um modo geral, podemos dizer que têm sido consideradas apenas as características formais dos modais, tendo seus aspectos contextuais sido tratados muito superficialmente ou simplesmente desprezados. No entanto, a expressão de atitudes e intenções, que dizem respeito à modalidade, é uma característica contextual. Assim, há casos em que só chegaremos ao significado de uma forma contendo modal se recorrermos, por exemplo, às condições que regem o emprego de tal forma.

Procuraremos, na segunda parte do desenvolvimento, após a reflexão sobre as diversas abordagens lingüísticas dos

modais efetuadas até recentemente, tecer considerações sobre alguns fatos que chamaram a atenção dos lingüistas para a importância do contexto na análise das línguas naturais. Esses fatos são a pressuposição, os atos de fala, as escalas de formalidade e a dêixis.

Na terceira e última parte, deter-nos-emos no estudo efetuado por Robin T. Lakoff sobre alguns modais em inglês, levando em conta justamente os aspectos contextuais comentados acima. Procuraremos mostrar como os significados precisos de certos enunciados contendo modais, como You must go to the bathroom, dependem do contexto em que eles ocorrem.

Do que foi exposto decorrem implicações interessantes para o ensino de língua inglesa, principalmente no tocante ao assunto modais, e que justificam uma abordagem como a que estamos efetuando. Escolhemos esse assunto devido ao fato de que o ensino dos modais é uma das mais difíceis tarefas que o professor de língua inglesa tem que enfrentar e que essa dificuldade se deve, em parte, a uma descrição insatisfatória daqueles verbos, porque apoiada quase que exclusivamente em seu aspecto formal. Ocorre, porém, que poderemos ter enunciados que sejam sintaticamente corretos, mas inadequados ao contexto. Compreende-se então que não basta que o aluno conheça regras de formação de boas estruturas; é preciso que ele também domine suas regras de adequação contextual.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Revisão crítica da literatura

Para que o leitor possa situar melhor o problema, procuraremos apresentar, neste capítulo, uma visão panorâmica do modo como a Lingüística tem se ocupado do estudo da língua em geral e dos modais em inglês, em particular. Ao mesmo tempo, pretendemos discutir as abordagens efetuadas até o momento.

Para que essa apresentação não se torne extremamente prolixa, dada a diversidade de abordagens lingüísticas existentes, agruparemos as tendências da Lingüística até recentemente em três teorias gramaticais: a Gramática Tradicional, o Estruturalismo Americano e a Lingüística Gerativo-Transformacional.\*

#### 2.1.1. A Gramática Tradicional

##### 2.1.1.1. Considerações gerais

Em primeiro lugar, faz-se necessário esclarecer que não existe "a Gramática Tradicional", isto é, não sabemos de um modelo gramatical perfeitamente definido e identificável como "tradicional". O que existe, e nesse aspecto a maioria

---

\*Na realidade, essa "prolixidade" é um fato apenas superficial e as diversidades dentro da Gramática Tradicional, do Estruturalismo Americano e da Lingüística Gerativo-Transformacional dizem respeito mais a modelos de análise do que a princípios teóricos. <sup>39</sup> (p. 143/4)

dos autores está de acordo, são várias gramáticas, que por apresentarem suficientes traços em comum, são agrupadas sob o mesmo título. Para facilidade de apresentação, entretanto, quando nos referirmos a essas gramáticas, usaremos o termo genérico Gramática Tradicional.

Uma das características das gramáticas tradicionais inglesas é ter sua base nos estudos desenvolvidos no século XVII pelos gramáticos prescritivos. Todas elas são frequentemente chamadas de normativas, por apresentarem uma série de regras de como se deve usar corretamente a língua, desprezando, na maioria das vezes, a observação do real. Outra é basear a descrição de línguas como o inglês nas gramáticas clássicas do latim e do grego, línguas flexionadas. A própria palavra gramática (*grammatikē*) foi criada pelos gregos, os primeiros, na cultura ocidental, a se preocuparem com os estudos lingüísticos.<sup>15</sup>

Os gregos se ocuparam do estudo lingüístico de um ponto de vista filosófico - por exemplo, ligação entre os vocábulos e os entes por eles designados; e adotaram critérios lógicos e não lingüísticos para o estudo da gramática. Além disso, sua gramática, essencialmente normativa, determinava o que era "certo" e o que era "errado" na língua. O apogeu da gramática grega se deu durante o período helenístico e seus postulados se encontram na obra de Dionísio de Trácia.

Os romanos se apossaram das idéias e teorias gregas, aplicando-as ao latim - com ênfase no estudo do "certo e errado" - e, graças ao fato de o latim haver se tornado, a partir da Idade Média, a língua da cultura, essas teorias e idéias se incorporaram a toda gramática produzida até o nosso

século, com exceção da gramática árabe e da hindu.

Essa gramática essencialmente prescritiva, que impõe os rótulos "correto" e "incorreto" aos enunciados da língua, viu surgir um grupo de estudiosos da língua inglesa, no final do século XIX e início do século XX, que evidenciaram outra sorte de preocupação: como explicar, sistemática e completamente, de que modo as estruturas gramaticais do inglês operavam no uso efetivo.<sup>15</sup> Estes estudiosos, os gramáticos descritivos ou históricos Jespersen, Sweet, Poutsma e Kruisinga, deram origem a outra linha dentro da Gramática Tradicional, que entrou em conflito com os conservadores, apegados às idéias dos prescritivistas. Pode-se dizer que as bases da abordagem descritiva no estudo das línguas foram lançadas por Humboldt (Wilhelm von Humboldt - 1767/1835), embora ele tenha trabalhado pouco, e de modo assistemático, com dados concretos. O que ele fez de relevante foi tecer considerações sobre a linguagem de um modo geral, utilizando ilustrações de várias línguas para dar substância a seu raciocínio. Reagiu contra uma gramática dedutiva alicerçada em premissas lógicas e sugeriu descrição indutiva da língua.<sup>6</sup>

Os prescritivistas continuaram a ver com descaso a descrição da língua como ela é realmente usada; e formas literárias contemporâneas não foram por eles consideradas. Eles se ocupavam, isso sim, da escrita formal; e suas ilustrações sobre a gramática eram retiradas de obras clássicas da literatura.<sup>15</sup>

A gramática descritiva e histórica, por outro lado, passou a considerar o uso como determinante da gramática. Ainda assim, ela desprezou variedades da língua que não fos-

sem textos escritos em inglês, de autores diversos. Para a gramática descritiva, a língua deve ser a base da gramática e não o inverso. Daí a polêmica em torno de questões como o número gramatical de none: os latinistas e os que se baseiam na lógica consideram-no singular; os gramáticos descritivos consideram correto seu emprego tanto no singular quanto no plural - é assim que ele vem sendo usado há mais de trezentos anos.

Como resultado de tanta polêmica, a Gramática Tradicional, tal como ela é exercida hoje pela maioria dos gramáticos, conserva em grande parte sua característica prescritiva, mas ao mesmo tempo não deixa de utilizar, ainda que em doses pequenas, as contribuições fornecidas por descrições realistas da língua.<sup>15</sup>

Como conclusão, podemos dizer que a Gramática Tradicional, a par de sua qualidade de confiar na intuição do falante nativo, apresenta uma série de deficiências, que poderiam ser assim sintetizadas: seu normativismo, o fato de ser calcada no modelo latino e, por último mas não menos importante, sua falta de explicitude e sistematização.

#### 2.1.1.2. Os modais na Gramática Tradicional

Com relação aos modais, chamaremos de tradicionais não apenas as gramáticas francamente prescritivas, mas também aquelas que, embora efetuando uma descrição da língua tal como ela é usada - baseando-se não só em textos clássicos como em exemplos do cotidiano - evidenciam preocupação de impor uma forma "correta"; partem de uma definição exclusivamente formal dos modais, embora elaborem listas de usos em que os

aspectos semânticos são levados em conta, listas estas sem preocupações de generalização.\*

Selecionamos, para servir de exemplo desse tipo de estudo que até hoje é desenvolvido, duas gramáticas inglesas, uma editada pela primeira vez em 1933, a outra em 1973. A primeira, Essentials of English Grammar de OTTO JESPERSEN<sup>20</sup> "aims at giving a descriptive and, to some extent, explanatory and appreciative account of the grammatical system of Modern English (p. 20)". O estudo não pretende ser, contudo, essencialmente descritivo: "Prescriptions as to correctness will be kept in the background". As ilustrações para as regras gramaticais são retiradas de "every day educated speech" e de "writings of well-known authors" - evidência da imposição de um padrão lingüístico com aceitabilidade social.

A segunda obra, A Grammar of Contemporary English, de RANDOLPH QUIRK, SIDNEY GREENBAUM, GREGORY LEECH e JAN SVARTVIK<sup>35</sup> pretende uma abordagem em termos de descrição sincrônica, "drawn heavily both on the long-established tradition and on the insights of several contemporary schools of linguistics". Logo adiante, os autores deixam claro que não se filiam a nenhuma corrente lingüística moderna:

Each of these (current or linguistic theories) propounded from the time of de Saussure and Jespersen onwards has its undoubted merits, and several (notably the transformational-generative approaches) have contributed very great stimulus to us as to other grammarians. None, however, seems yet adequate to account for all linguistic phenomena, and recent

---

\*Mesmo nos exemplos do cotidiano, são levados em conta apenas os da língua padrão: as outras variedades são desprezadas.

trends suggest that our own compromise position is a fair reflection of the way in which the major theories are responding to influence from others.

Vejamos como os dois autores vêem a questão dos modais. Tanto Jespersen quanto Quirk consideram-nos verbos auxiliares. JESPERSEN (p. 232):

Some verbs form a class apart as auxiliaries; they have neither infinitive nor participles and add no s in the third person singular of the present tense: can, may, must, will, shall; need and dare, which sometimes, but not always, add s are related to this class.

QUIRK (p. 65):

Let us begin by examining the following sentences: He should see the play; He had seen the play; He was seeing the play (...). Should, had, and was represent the class of auxiliary verbs. They are, as the name implies, helping verbs, i. e. they have no independent existence as verb phrases, but only help to make up verb phrases, which consist of one or more other verbs, one of which is a lexical verb.

Na conceituação desses verbos, Jespersen não consegue ser muito preciso: adota um critério formal - mas este não é suficiente para resolver todos os problemas. Por exemplo, ainda na página 232, após afirmar que os modais não sofrem acréscimo de s na terceira pessoa do singular, diz que need e dare às vezes acrescentam s e estão "relacionados" com essa classe.

QUIRK (p. 84) estabelece uma distinção entre auxiliares modais e auxiliares primários. Estes, que são do, have e be, caracterizam-se pela inversão, pela negativa enclítica (n't) e por se manterem como forma pro, como no exemplo: "He was seeing the play and so was she". Os auxiliares modais, além das características apontadas acima, são seguidos de in-

finitivo sem to (com exceção de ought e used), não apresentam a forma flexionada -s na terceira pessoa do singular do presente, ocorrem sempre como primeiro elemento da frase verbal, mas não em funções não-finitas - infinitivos e participios;\* tanto a forma do presente quanto a do passado podem ser usadas na seqüência do presente: "I think he may stay now", "I think he might stay now".

Como se pode ver pelo que foi exposto até agora, os modais foram considerados verbos auxiliares tanto por Quirk quanto por Jespersen, embora nenhum dos dois tenha deixado claro o que vem a ser um auxiliar.

Tal questão - do modal ser ou não auxiliar - tem sido muito debatida, justamente pela falta de explicitude da Gramática Tradicional em choque com uma observação mais sistemática do comportamento sintático-semântico dos modais. PALMER<sup>33</sup>, por exemplo, em The English Verb, questiona a definição dos modais como verbos auxiliares: "The distinction auxiliary/full verb is a useful one, but in no way absolute" (p. 94). EUNICE PONTES<sup>34</sup>, em Verbos Auxiliares em Português, trata do mesmo problema e afirma, na página 12:

Após verificar o comportamento sintático e algumas características semânticas destes verbos (auxiliares causativos, sensitivos e parte dos modais), concluímos que eles na verdade não devem ser, mesmo segundo a gramática tradicional, considerados auxiliares, pois o infinitivo que deles depende forma uma oração subordinada (reduzida) que funciona como objeto da oração anterior.

Esse assunto será retomado mais adiante, quando tra-

---

\*Assim, são incorretas as formas: to may, is maying, is mayed.

tarmos da abordagem dos modais feita pela Lingüística Gera-  
tivo-Transformacional.

Tanto para Jespersen quanto para Quirk, é o aspecto formal que conta na definição dos modais e desse modo dare e need, que podem ou não ser acrescidos de s na terceira pessoa do singular e ser seguidos de infinitivo com to, são considerados ora como auxiliares ora como verbos lexicais.\*

Chomsky, na introdução de English Syntax de PAUL ROBERTS<sup>38</sup> (p. X), diz que as gramáticas tradicionais não fazem, de forma alguma, uma descrição completa e explícita das línguas que estudam e que os leitores podem desenvolver competência lingüística numa determinada língua graças à sua capacidade de inferir a partir dos dados apresentados. Diz Chomsky:

The most careful and compendious traditional grammar may give a full account of exceptions and irregularities, but it provides only examples and 'paradigmatic instances' of regular constructions, together with various informal hints and remarks as to how the reader is to generalize from these instances.

É o que acontece com as gramáticas de Jespersen e Quirk. Ambas fornecem listas de usos dos modais, mas nenhuma com qualquer preocupação de exaustividade e generalização. Por exemplo, JESPERSEN<sup>20</sup> (p. 271), ao descrever will, o faz da seguinte maneira:

The verb will primarily denotes will, volition. As will is popularly ascribed to lifeless things as well as to living things, we have, e. g.

Murder will out.

Seeing that death, a necessary end, Will come when it will come.  
(Shakespeare)

---

\*Os verbos lexicais são chamados de lexical verbs por Quirk e full verbs por Jespersen.

Applied to lifeless things will often denotes power, capacity, etc:  
The hall will seat five hundred.  
That will do.

E assim ele continua apresentando alguns usos de will, ilustrados com exemplos como os acima.

QUIRK<sup>35</sup> (p. 98) utiliza a mesma técnica de apresentação: listagem dos usos que devem ter os diferentes auxiliares modais, como por exemplo:

Could - (1) Ability: I never could play the banjo; (2) Permission: Could I smoke in here?; (3) Possibility (theoretical or factual): That could be my train, The road could be blocked.

Não há nenhuma tentativa de generalização e muitas de suas afirmações são discutíveis. Por exemplo, ao apresentar will/would, Quirk diz que will implica em intenção e insistência e dá como ilustração as sentenças "I'll write as soon as I can" e "He will do whatever you say". Seria o caso de se perguntar se não é as soon as I can que dá à primeira sentença o sentido de intenção e whatever you say a idéia de insistência à segunda.

Outro aspecto que merece consideração é a questão do tempo verbal. Ambos os autores afirmam que os "auxiliares modais" têm formas correspondentes no presente e no passado. Quirk apresenta a seguinte lista na página 103:

<u>Present</u>	<u>Past</u>
can	could
may	could (might)
shall	should
will/'ll	would/'d
must	(had to)
-----	used to
ought to	-----
need	-----
dare	dared

Jespersen diz, na página 271, que o auxiliar will tem

as seguintes formas:

Present will, weak 'll, negative won't.  
Preterit would, weak 'd, neg. wouldn't.

Alguns autores "emparelham" os modais, formando duas classes, a maior - daqueles que têm "par" - e a menor - dos que não têm. Esse "emparelhamento" deve ser baseado no fato de que tradicionalmente considera-se could, might, should e would como formas de passado de can, may, shall e will, respectivamente. De fato, numa sentença como He could hear someone climbing the stairs, could é obviamente passado de can. Já, em The road could be blocked, ele pode ser passado de can se o significado for It was possible to block the road, mas se significar It is possible that the road is blocked, could, de certa forma, equivale a may e não tem qualquer implicação de passado. Ao mesmo tempo, pode ocorrer de aparecer, na listagem, observações do tipo "could equivale a may".

Muitas vezes não há precisão nas afirmações feitas pelos gramáticos tradicionais. Por exemplo, para Quirk (p. 97), can é menos formal do que may em sentenças que expressam permissão, como Can I smoke in here?. Tal afirmação, pouco clara e superficial, não nos esclarece qual o grau de formalidade de may, em que contextos ou para que tipo de falantes can é menos formal ou se may é sempre mais formal do que can. Em A University Grammar of English, versão reduzida de A Grammar of Contemporary English, QUIRK<sup>36</sup> (p. 37) afirma que "Mayn't is restricted to Br. E, where it is rare. (...) Still less categorical than ought is had/'d better/best (plus bare infinitive)". Poderíamos nos perguntar: qual o limite de raridade de mayn't? Em que grau ought é mais categórico que had/'d better/best? As afirmações de Quirk não nos esclarecem.

Jespersen, da mesma forma, afirma, na página 258, que ought é uma expressão mais forte de obrigação presente que should, o que pouco significa se não soubermos quão "forte" é should.

Vejamos, agora, a questão da negativa. A negativa é formada, segundo Quirk (p. 82), apondo-se not após o auxiliar modal. Por exemplo, o modal may vem seguido das formas negativas may not e mayn't. Agora, He may not come, por exemplo, além de ser a forma negativa de He may come, quando esta significa It is possible that he will come e He is allowed to come, pode ainda significar He is allowed not to come e nesse caso não podemos falar de negativa de may, embora este modal esteja seguido de not.

Ainda com relação à negativa, Quirk estabelece, na página 383, uma distinção entre main verb negation e auxiliary negation. Na primeira, a negativa não inclui o significado do auxiliar; na segunda, sim. Assim, com o sentido de possibilidade, o que é negado é o verbo principal e não o modal, como em They may not bother to come if it's wet, enquanto que quando o sentido é de permissão, a negação está no modal, como em You may not go swimming.

O impasse surge quando se consideram sentenças como They may not not bother to come if it's wet, em que o significado pode ser o de It is not possible that they will not bother to come if it's wet e nesse caso, embora o sentido seja de possibilidade, a negativa deve incluir o significado do auxiliar para que a sentença seja plausível.

As gramáticas tradicionais são unânimes em afirmar que um enunciado construído com modal será transformado em pergunta se se colocar o modal antes do sujeito. Quirk (p. 196)

admite que existem certas limitações de significado dos modais com relação à interrogativa:

The modals of permission (may, esp Br E, and can) and of obligation (must, esp Br E, and have to) involve the speaker's authority in statements and the listener's authority in questions:

A: May } I leave now?  
Can }  
 (Will you permit me ...)

B: Yes, you may }  
can }  
 (I will permit you ...)

A questão não é, entretanto, tão simples. CHUNGMIN LEE<sup>25</sup> (p. 106), em seu artigo Embedded Performatives, levanta o problema de sentenças como May I suggest that you run for the presidency this time? e May I congratulate you on your victory?. Na primeira, uma resposta, afirmativa ou negativa, não significa que o receptor concede ou não permissão para o falante fazer a sugestão, mas antes refere-se à intenção do receptor de se candidatar ou não à presidência. Já a segunda nem admite Yes ou No como resposta, mas simplesmente Thank you.

Segundo Lee, o que ocorre é que, nos dois enunciados, a força ilocucional está concentrada nos verbos performativos\* - suggest, no primeiro; congratulate, no segundo. O uso de may não significa que o receptor esteja efetivamente em situação social superior com relação ao emissor, mas evidencia simplesmente deferência da parte deste.\*\* O significado

---

\*Sobre verbos performativos e força ilocucional, ver tópico 2.2.1.3.

\*\*Na realidade, o que condiciona o uso de may nos dois enunciados é o fato de o falante se colocar em situação de inferioridade com relação ao ouvinte, de acordo com o princípio universal de cortesia lingüística (cf. 2.3.2). A força ilocucional, entretanto, não reside em may, isto é, os enunciados não expressam pedido de autorização.

de May I suggest that you run for the presidency this time? é aproximadamente I suggest that you run for the presidency this time e o de May I congratulate you on your victory?, I congratulate you on your victory.

Numa síntese, podemos dizer que a Gramática Tradicional, embora tenha muitas vezes levado em conta o significado na descrição dos modais, realizou um estudo predominantemente formal. Praticamente limitou-se a fornecer listas de alguns usos dos modais, sem preocupação de determinar que fatores condicionariam tais usos.

## 2.1.2. O Estruturalismo Americano

### 2.1.2.1. Considerações gerais

Assim como na Gramática Tradicional, nunca houve, com relação aos lingüistas que se intitularam estruturalistas, uniformidade absoluta de pensamento, como nos assevera BACH<sup>2</sup> (p. 14). Entretanto, após uma observação mais atenta, percebe-se que as diferenças entre os modelos de análise não são tão consideráveis. E os diversos modelos acabam tendo muitos pontos em comum, como a idéia de que a língua é um todo organizado e auto-suficiente e a de que uma distinção deve ser estabelecida entre a investigação sincrônica e a diacrônica, com precedência da primeira sobre a última.

Já Wilhelm von Humboldt e William Dwight Whitney apresentavam concepções que se aproximavam daquilo que viria a se chamar Estruturalismo. Mas uma sistematização desse pensamento só surgiria com Ferdinand de Saussure (1857-1913), que vi-

ria a ser, na Europa, o ponto de referência dos diversos estruturalismos. Nos Estados Unidos, o Estruturalismo se desenvolveu graças à necessidade premente de se estudarem as línguas indígenas do país, que não tinham registro de espécie alguma e que estavam - em sua maioria - ameaçadas de desaparecer.

Nesse trabalho, os lingüistas americanos começaram a perceber que a descrição com base na Gramática Tradicional não se ajustava à realidade das línguas estudadas, porque ora impunha categorias gramaticais que não existiam na língua em estudo, ora era incapaz de descrever categorias gramaticais distintas nas várias línguas indígenas.

O Estruturalismo, ao contrário das abordagens tradicionais, que são predominantemente prescritivas, é um modelo gramatical cem por cento descritivo, isto é, ocupa-se do estudo da língua tal como ela é realmente observada, considerando suas diversas variedades, quer a fala formal, quer as falas informais. No nosso estudo, ocupar-nos-emos somente do Estruturalismo Americano, cuja contribuição para o desenvolvimento da lingüística descritiva foi de maior alcance que a do Estruturalismo Europeu.

Franz Boas (1858-1942), o iniciador do Estruturalismo Americano, afirmava que "every language has its own unique grammatical structure and that it is the task of the linguist to discover for each language the categories of description appropriate to it"<sup>27</sup>. Aí se encontra a origem da crença firmada entre os pensadores pré-chomskyanos de que as línguas variam ao infinito: "as línguas podem diferir sem limites e de modos imprevisíveis", como afirma JOOS\* citado por BACH<sup>2</sup>

---

\*JOOS, Martin, ed. Readings in linguistics. 2. ed. New York, 1958. p. 96, cf. também p. 228.

(p. 15). É o princípio do anti-universalismo, que combate a tentativa de se identificar propriedades comuns a todas as línguas e, conseqüentemente, implica em rejeição total da Gramática Tradicional. Nas palavras de BLOOMFIELD<sup>5</sup> (p. 20) em Language:

The only useful generalizations about language are inductive generalizations. Features which we think ought to be universal may be absent from the very next language that becomes accessible.

Este autor, Leonard Bloomfield (1887-1949), foi quem mais fundamente influenciou a lingüística norte-americana.

A visão bloomfieldiana da ciência era essencialmente positivista, como o atesta a citação de BLOOMFIELD<sup>5</sup> (p. 33):

The materialistic (or better, mechanistic) theory supposes that the variability of human conduct, including speech, is due only to the fact that the human body is a very complex system. Human actions, according to the materialistic view, are part of cause-and-effect sequences of physics or chemistry.

Sua metodologia, apoiada nessa visão positivista da ciência, consiste na análise dos enunciados em seus constituintes imediatos e classificação dos elementos lingüísticos pela sua distribuição no enunciado. A metodologia do distribucionalismo (como ficou conhecido o pensamento de Bloomfield e seus seguidores) vai ser desenvolvida com mais detalhe no decorrer das décadas de trinta, quarenta e início da de cinquenta, encontrando em HARRIS<sup>16</sup> um de seus elaboradores mais rigorosos. Segundo este autor (p. 34), "as partes de uma língua não ocorrem de modo arbitrário relativamente uma às outras - cada elemento ocorre em certas posições em relação aos outros elementos". Assim, os elementos que têm a mesma distribuição pertencem a uma mesma classe. E a distribuição de

um elemento, de acordo com Harris, é a soma dos contextos deste elemento, entendendo-se por contexto de um elemento, segundo BACH\* citado por RUWET<sup>39</sup>, o que resta quando este é retirado de um enunciado. Desta forma, livro e caderno, por ocorrerem nos mesmos contextos, têm a mesma distribuição. Para que o método funcione, a distribuição terá de ser finita e para tanto selecionam-se alguns contextos típicos\*\* . O problema maior é que a seleção desses contextos típicos deve também ser feita em termos de distribuição e assim se produz um círculo vicioso, que só será superado se se admitir uma gramática hipotético-dedutiva.

Acontece que a lingüística norte-americana anterior a Chomsky fundamentou-se em princípios científicos essencialmente baconianos, segundo os quais só se poderá obter um conhecimento seguro sobre o mundo através da observação e da experiência. Qualquer proposição, por mais geral que seja, deverá ser baseada nas evidências. Assim, ficam excluídas da ciência a dedução e as proposições hipotéticas.<sup>2</sup>

Uma das mais notáveis características do distribucionalismo é o realce que ele dá à análise formal, marginalizando o estudo do significado\*\*\*.

\*BACH, Emmon. An introduction to transformational grammar. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1964. 205 p. p. 152.

\*\*RUWET<sup>39</sup> (p. 60) cita, como contexto típico, uma certa classe com um número limitado de membros.

\*\*\*Segundo LYONS<sup>28</sup>, em Introduction to Theoretical Linguistics, o termo formal pode ter os seguintes significados: a) refere-se à estrutura fonológica e gramatical da língua e aí opõe-se à semântico; b) refere-se à estrutura fonológica, gramatical e semântica da língua, em oposição ao termo substantival (vide distinção estabelecida por Saussure entre forma e substância); c) explícito ou formalizado, em contraste com informal ou intuitivo; d) contrastante com o conceito jesperseniano nocional.

Estamos, aqui, empregando o termo formal com o sentido expresso em a.

A concepção de que o significado não deveria ser levado em conta quando da descrição lingüística, concepção essa que chegou a seu ponto mais extremo com Zellig Harris e Bloch, teve seu início na afirmação de Bloomfield de que o estudo do significado dependia de uma definição científica de tudo - fato esse decorrente, parece, de sua própria definição de significado<sup>5</sup> (p. 139):

We have defined the meaning of a linguistic form as the situation in which the speaker utters it and the response which it calls forth in the hearer.

Está aí expressa a noção de estímulo e resposta.

Bloomfield continua:

(...) The situations which prompt people to utter speech, include every object and happening in their universe. In order to give a scientifically accurate definition of meaning for every form of a language, we should have to have a scientifically accurate knowledge of everything in the speaker's world.

Na opinião de MACLAY<sup>30</sup> (p. 162) dificilmente se poderia realizar uma descrição sistemática do significado com base na definição acima. E em trabalhos posteriores a Language de Bloomfield, solidificou-se mais a posição de que os estudos semânticos fugiam do escopo da lingüística descritiva.

Por subestimar a importância do significado na análise lingüística e dar realce à forma concreta dos enunciados, o Estruturalismo Americano apresentará uma série de inadequações, amplamente exploradas por Chomsky quando de sua crítica a esse pensamento lingüístico. Por exemplo, sentenças que apresentam significados totalmente diferentes mas são linearmente semelhantes, são passíveis de serem analisadas, nos moldes estruturalistas, da mesma maneira. Chomsky nos dá, co-

mo exemplo, as duas sentenças John is eager to please e John is easy to please. Feita a análise dos constituintes imediatos, ambas dariam o mesmo resultado. No entanto, sabe-se que John tem relações diferentes com o verbo to please nas duas sentenças: a pessoa que agrada na primeira e a que é agrada, na segunda. A comprovação de que se trata de duas sentenças diferentes se dá quando se faz a passivação, quando uma das sentenças obtidas será It is eager to please John que é, sem dúvida, absurda.

O Estruturalismo dificilmente resolve, igualmente, problemas de ambigüidade - Flying planes can be dangerous, outro clássico exemplo de Chomsky, tem duas interpretações possíveis; nem explica satisfatoriamente a descontinuidade: sentenças como That man, I'm afraid, is a dangerous criminal dificilmente podem ter uma razoável análise estruturalista. Além disso, não dá conta satisfatoriamente de frases sinônimas como That man saw John's mother e John's mother was seen by that man que, contrariamente às intuições do falante, têm análises estruturalistas completamente diferentes.

Em resumo, pode-se encontrar, no Estruturalismo Americano, ao lado de características relevantes, algumas inadequações. Entre as primeiras, destaca-se o rigor dos estudos estruturalistas, favorecido por seu escopo limitado, embora bem definido. Como exemplo das inadequações, lembremos que o Estruturalismo não dá conta de modo satisfatório de fatos relevantes: sinonímia, ambigüidade, similaridade. Além disso, a precedência dos aspectos formais sobre os semânticos teve como consequência o fato de que fatores relevantes relacionados aos falantes da língua foram negligenciados. E mais ainda,

como diz MACLAY<sup>30</sup> (p. 163) , "the results of a linguistic analysis are not taken to be relevant to an understanding of the capabilities and fundamental characteristics of human beings".

#### 2.1.2.2. Os modais no Estruturalismo Americano

A abordagem dos modais feita pelo Estruturalismo Americano mostra-se de reduzido interesse por dar ênfase à forma e desconsiderar o significado desses verbos. A maior contribuição dada pelos estruturalistas americanos, de um modo geral, foi no nível da morfofonêmica. HOCKETT<sup>17</sup> (p. 208), por exemplo, diz o seguinte:

English verb phrases involve, in addition to ordinary verbs, certain special verbs:

(1) be (am, are, is, was, were, been, being); (2) have (has, had, having); (3) do (does, did); (4) can, could, shall, should, will, would, may, might, must.

(...) In English, verbs like (III) can, will, must, may are single morphemes just as are those of type I (go, come, run, sing, and so on). There is thus no overt morphological difference to mark the syntactical fact that verbs of type II, unlike those of type I, can occur with either variety of subject (I can, he can, etc).

O princípio do distribucionalismo está evidente na classificação de be, have, can, etc como "verbos especiais".

JAMES SLEDD\* , em A Short Introduction to English Grammar, diz, segundo HARSH<sup>15</sup> :

A verb is any word belonging to an in-

---

\*SLEDD, James. A short introduction to English grammar. Chicago, Scott, Foresman, 1959. p. 73.

flectional series which makes the difference between present and past tense and whose members will fit into a series like sing, sings, sang, sung, singing.

O mesmo critério formal é adotado por Gleason<sup>13</sup>. Para ele, existem classes paradigmáticas e classes sintáticas. As paradigmáticas, em número de quatro, são nome, pronome, verbo e adjetivo e se caracterizam por apresentarem flexão. As classes sintáticas se definem pela distribuição, no sintagma, das construções formadas por flexão. Assim, Gleason se recusa a considerar os modais como verbos, afirmando que eles não apresentam nenhuma das flexões verbais. Considera-os auxiliares verbais - uma classe intimamente associada com os verbos - e diz que sua definição tem que ser baseada na sintaxe e não na flexão. No entanto, ele não conceitua auxiliares verbais nem deixa claro o que vem a ser uma classe "intimamente associada" com os verbos. Sua análise, embora mais abrangente, é superficial.

Igualmente baseada na metodologia distribucionalista - e, conseqüentemente, formal - é a análise dos modais feita por FRIES<sup>12</sup> (p. 90), em que ele diz:

For Group B we want the words for the position in which the word may occurs in the following sentence frame.

GROUP A	CLASS 1	GROUP B	CLASS 2	CLASS 3	
The	concert	(may)	be	good	
GROUP A	CLASS 1	GROUP B	CLASS 2	CLASS 3	CLASS 4
-----	-----	(may)	(be)	-----	-----
		might			
		can			
		could			
		will			
		would			
		should			
		must			
		has (been)			
		has (to be)			

Concluindo, note-se que nenhum sistema novo de análise

da categoria verbal foi oferecido pelos estruturalistas. E no tocante ao assunto modais, os trabalhos efetuados pelos gramáticos tradicionais são mais completos, pois nas listas de usos desses verbos, aspectos semânticos foram muitas vezes levados em conta. Assim, pelo menos com relação aos modais, o abandono da Gramática Tradicional em favor do Estruturalismo foi uma desvantagem para o linguista.

### 2.1.3. A Linguística Gerativo-Transformacional

#### 2.1.3.1. Considerações gerais

A Linguística Gerativo-Transformacional teve seu início em 1957, com a publicação de Syntactic Structures por Noam Chomsky (1928 - ). Chomsky foi discípulo de Harris, de quem se afastou e cujo formalismo radical criticou. Mas sem o trabalho feito pelos bloomfieldianos (Harris, principalmente) ele talvez não tivesse partido para a formulação da teoria que revolucionou o mundo linguístico - a Linguística Gerativo-Transformacional.

Vejamos a que princípios do Estruturalismo Americano a Linguística Gerativo-Transformacional (que abreviaremos para LGT) se opõe.

Primeiramente, aos procedimentos indutivos. Os estudos estruturalistas são essencialmente indutivos, isto é, partem da observação de um corpus finito. A LGT, ao contrário, com base na característica de infinitude da língua, considera esse procedimento inaceitável e propõe uma gramática hipotético-dedutiva - a única capaz de dar conta dos fatos da língua.

Em segundo lugar, aos procedimentos de descoberta. Essa

questão, que para os bloomfieldianos era fundamental, é assim vista por CHOMSKY<sup>7</sup> (p. 55) em Syntactic Structures: "A linguistic theory should not be identified with a manual of useful procedures nor should it be expected to provide mechanical procedures for the discovery of grammars." Em Aspects of the Theory of Syntax<sup>8</sup> (p. 19) ele diz: "(...) it is unfortunately the case that no adequate formalizable techniques are known for obtaining reliable information concerning the facts of linguistic structures."

Chomsky vê a gramática como teoria de uma língua e tão mais descritivamente adequada ela será quanto mais precisamente descrever a competência lingüística do falante. Esta, entretanto, não pode ser diretamente observada nem descoberta por métodos indutivos. Como consequência a análise deverá ter um caráter abstrato, em contraste com o caráter positivo dos estudos estruturalistas.

Chomsky propõe, então, dois níveis pelos quais uma gramática gerativa pode ser justificada. No primeiro, a gramática é justificada na medida em que ela descreve corretamente a competência do falante nativo com base em dados lingüísticos primários. No segundo nível, mais profundo, a gramática é justificada com base em sua associação com uma teoria lingüística hipotético-dedutiva. O problema dessa justificativa, essencial para torná-la plausível, é dar conta das capacidades inatas do indivíduo.

Assim, uma teoria lingüística descritivamente adequada é concebida por CHOMSKY<sup>8</sup> (p. 31) da seguinte forma:

- (i) an enumeration of the class  $S_1, S_2 \dots$  of possible sentences
- (ii) an enumeration of the class  $SD_1, SD_2 \dots$  of possible structural descriptions

- (iii) an enumeration of the class  $G_1, G_2 \dots$  of possible generative grammars
- (iv) specification of a function  $f$  such that  $SD_f(i, j)$  is the structural description assigned to sentence  $S_i$  by grammar  $G_j$ , for arbitrary  $i, j$ .

Uma teoria que vise igualmente a uma adequação explanatória deverá conter<sup>8</sup> (p. 31):

- (v) specification of a function  $m$  such that  $m(i)$  is an integer associated with the grammar  $G_i$  as its value (with, let us say, lower value indicated by higher number).

O autor admite (p. 36) que uma adequação descritiva é difícil de ser alcançada, mas mesmo assim é "crucial" - para a compreensão da estrutura lingüística - a obtenção de uma adequação explanatória.

Fundamental para a teoria lingüística é a distinção que Chomsky estabelece entre competência e desempenho. Por competência ele entende o conhecimento que o falante-ouvinte tem de sua língua e por desempenho, o uso efetivo que ele faz dela<sup>8</sup> (p. 4). Uma vez que o desempenho está sujeito aos azares da comunicação, como lapsos de memória, distração, mudança de idéia no decorrer de um enunciado e, portanto, não reflete a competência a não ser num alto grau de idealização, uma teoria gramatical que se baseie nele poderá conter sentenças agramaticais. Assim, o lingüista deverá procurar determinar o que há por trás do comportamento manifesto do falante, isto é, de seu desempenho. Uma gramática deverá procurar descrever a competência ideal do falante-ouvinte. E se ela for uma gramática explícita, no sentido de não depender da inteligência do falante-ouvinte, ela será uma gramática gerativa. Nas palavras de CHOMSKY<sup>8</sup> (p. 8): "(...) by a generative grammar I mean simply a system of rules that in some

explicit and well-defined way assigns structural descriptions to sentences." Tais regras, cada falante-ouvinte as tem "internalizadas", mesmo que delas ele não tenha consciência.

Foi a partir dos estudos dos fundamentos de matemática que se retomou a noção humboldtiana de que de meios finitos a língua pode fazer uso infinito. É o princípio da criatividade lingüística, pouco explorado pelo Estruturalismo. Segundo tal princípio, uma língua natural é um conjunto infinito de frases, "cada uma finita em comprimento e construída por concatenação (isto é, encadeamento) a partir de um conjunto finito de elementos", como afirma RUWET<sup>39</sup>, citando CHOMSKY e MILLER\*.

Com relação ao modelo de Gramática Gerativo-Transformacional trataremos, em linhas gerais, daquele desenvolvido por Chomsky em Aspects of the Theory of Syntax, conhecido como modelo de 65. Nossa escolha desse modelo se deve ao fato de que, em relação ao modelo de 57, alterações significativas foram nele introduzidas pelo autor, a principal delas a inclusão de um componente semântico.

Lembremos que o modelo proposto por Chomsky revaloriza a Gramática Tradicional ao considerar a intuição do falante nativo e ao introduzir operacionalmente - como base para a construção do modelo - as categorias gramaticais tradicionais.

Os três componentes principais de uma gramática gerativa são: o componente sintático, o fonológico e o semântico - o primeiro central na gramática, por ser ele o gerador de estruturas que serão relacionadas com uma representação

---

\*CHOMSKY, Noam & MILLER, G. A. Introduction to the formal analysis of natural languages. In: LUCE, BUSH & GALANTER, eds, v. II, 269-321. p. 283.

fonética pelo componente fonológico e com uma representação semântica pelo componente semântico. Assim, o componente sintático determina uma estrutura de superfície (nível sobre o qual atuará o componente fonológico) e uma estrutura profunda (nível sobre o qual atuará o componente semântico) e as inter-relaciona por meio de regras transformacionais<sup>8</sup> (p. 16). Ao contrário da Linguística Estrutural, que não vê distinção entre a estrutura profunda e a de superfície, a LGT afirma que esta última se origina da aplicação de regras transformacionais a estruturas abstratas que representam as relações básicas entre os elementos, relações estas nem sempre transparentes na estrutura superficial, como no exemplo do eager e do easy to please. Esta observação é importante, uma vez que na distinção estrutura profunda/estrutura de superfície está a grande diferença entre a LGT e o estruturalismo. Para dar conta da diferença eager/easy os estruturalistas possivelmente teriam de lançar mão de sub-classes de verbos. Assim, a descrição de uma frase por meio de estrutura abstrata mais superficial, aliada à necessidade de regras transformacionais para traduzir uma estrutura em outra, são recursos imaginados pela LGT para uma gramática mais elegante do que aquelas previstas pelas propostas estruturalistas.

O componente sintático é constituído de uma base e um subcomponente transformacional. A base do componente sintático é uma série de regras de reescritura que operam com símbolos correspondentes às categorias gramaticais e lexicais. O componente categorial define as relações gramaticais fundamentais na estrutura profunda e o componente lexical, as entradas lexicais. A base, portanto, gera uma estrutura profun-

da e o subcomponente transformacional submete-a às regras transformacionais, produzindo-se a estrutura de superfície. Enquanto o componente semântico faz a interpretação semântica da estrutura profunda, o componente fonológico faz a interpretação fonética da estrutura de superfície. O componente sintático, ao permitir estabelecer-se a relação entre a interpretação semântica e a fonética, isto é, ao agir como o mecanismo que une o som e o significado, mostra-se como a "única parte "criativa" da gramática"<sup>8</sup> (p. 136), representando, assim, a capacidade do falante fazer "uso infinito de meios finitos".

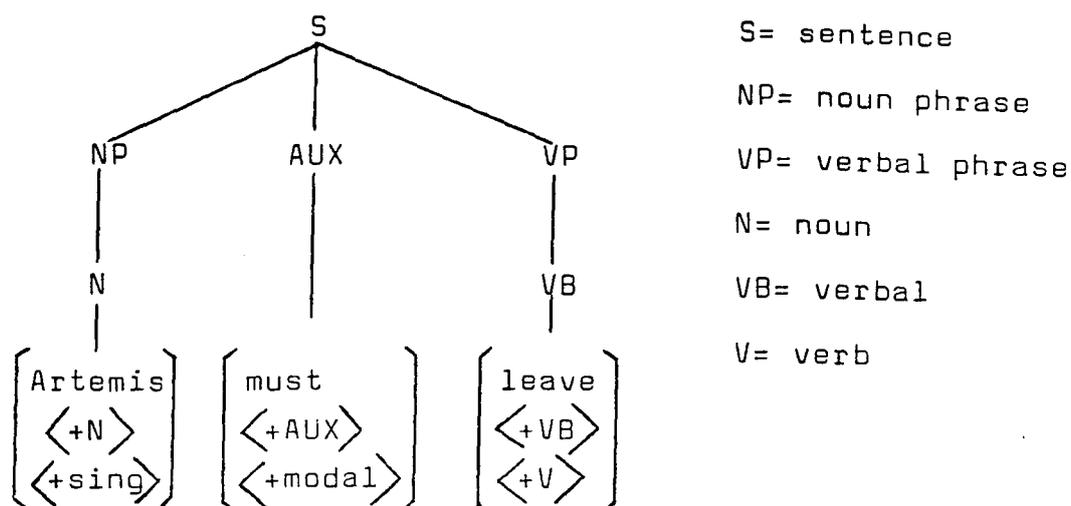
#### 2.1.3.2. Os modais na Linguística Gerativo-Transformacional

É importante considerar, em primeiro lugar, que Chomsky não pretendeu, em Aspects of the Theory of Syntax, fazer uma sintaxe do inglês. O que ele quis foi fornecer as bases para uma teoria geral da sintaxe. No modelo gramatical por ele esboçado, as categorias gramaticais são em grande parte incorporadas da Gramática Tradicional. Desse modo, o modal figura como um dos elementos da categoria Auxiliar. Esta categoria, que na Gramática de Constituintes era dominada por SV (Sintagma Verbal), deixou de sê-lo em Aspects ..., com a introdução do S Pred (Sintagma Predicativo), que passou a dominar o Aux e o SV. Assim, temos as seguintes regras:

- (i) O SN + S Pred
- (ii) SPred Aux + SV (Lugar) (Tempo)
- (iii) Aux Tempo (M) (Aspecto)

Uma variante desse modelo, que também considera o modal como auxiliar, é a descrição efetuada por JACOBS & ROSENBAUM<sup>19</sup> em English Transformational Grammar. Na página

120, os autores dão a estrutura profunda da sentença Artemis must leave como sendo:



Aqui, a categoria Aux não é dominada nem por SV nem por S Pred, ligando-se diretamente a S.

Nessa análise, como na anterior, o que se discute são aspectos formais dos modais, a não ser na seguinte observação sobre tempo sintático e tempo semântico: as formas could, would e might, geralmente vistas apenas como passado de can, will e may, são apresentadas como estando no tempo passado sintático. Os autores enfatizam o fato de que se um modal está na forma de passado, isso não significa que a sentença também esteja no passado, como no exemplo abaixo (p. 121):

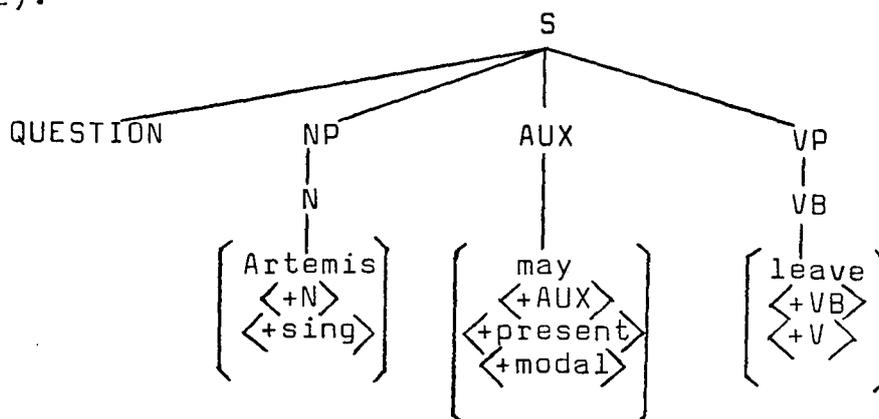
What goes up might come down

Aqui, não há significado de passado, o que é comprovado pela expansão dessa sentença com advérbios de tempo, quando justamente a sentença contendo yesterday é a única inaceitável:

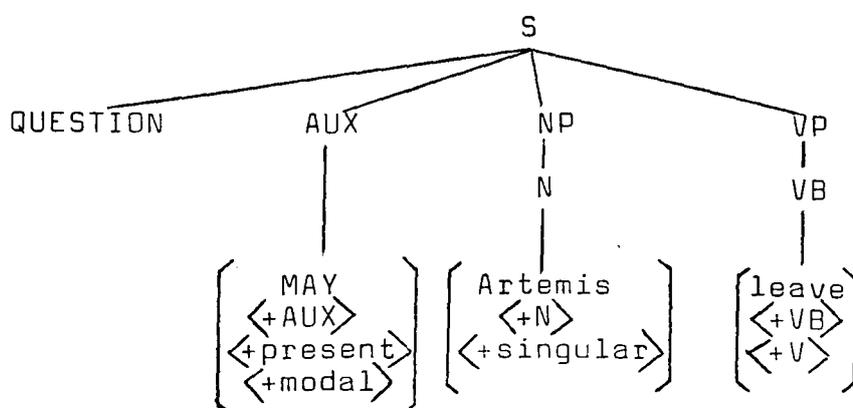
What goes up might come down today  
 What goes up might come down tomorrow  
 What goes up might come down yesterday

Para a formação da interrogativa, o constituinte auxi-

liar passa para a esquerda do SN (Sintagma Nominal) sujeito\*.  
 Vejamos qual seria a estrutura profunda de May Artemis leave?  
 (p. 122):



Após a transformação da interrogativa, teremos:



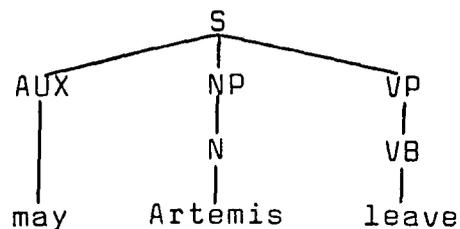

---

\*Embora fugindo do assunto do nosso trabalho, procura -  
 remos esclarecer um problema relacionado com o que estamos  
 ora discutindo.

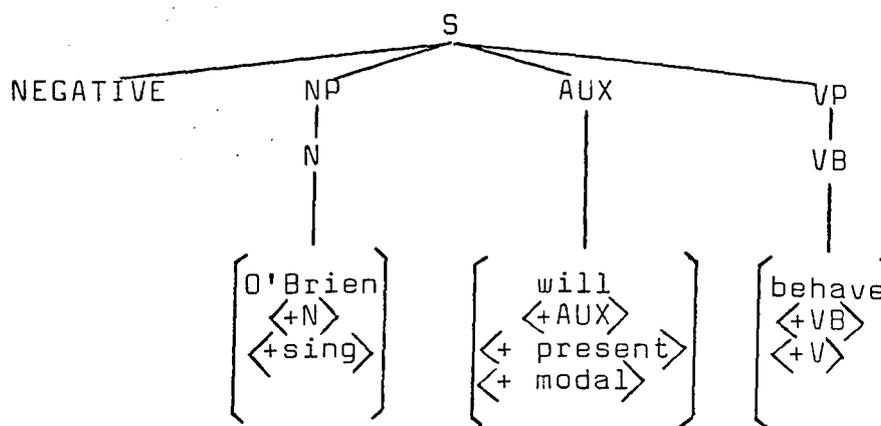
A questão da pergunta e da negativa, que eram frases  
 obtidas por transformações no modelo de 57 de Chomsky, teve  
 que ser reformulada no modelo de 65, em virtude da observação  
 feita por Katz e Postal (64) com relação ao princípio de que  
 "the only contribution of transformations to semantic inter-  
 pretation is that they interrelate Phrase-markers." (citado  
 por Chomsky em Aspects). Conclui-se daí que transformações  
 não podem alterar o significado das frases. Logo, foi neces-  
 sário recorrer aos marcadores Question e Neg, que foram in-  
 troduzidos na estrutura profunda do modelo de 65.

A interrogativa passou a ser uma transformação de mo-  
 vimento: o marcador Question determina - para uma gramática  
 inglesa a mudança: NP AUX → AUX NP

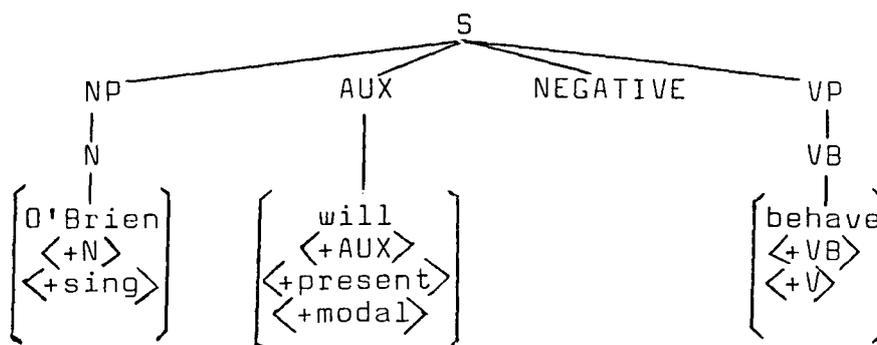
E, finalmente, chegamos à estrutura superficial:



Para exemplificar a formação da negativa, Jacobs e Rosenbaum tomam como exemplo uma outra sentença: O'Brien will not behave. Eis sua estrutura profunda com o constituinte negativo:



A transformação de deslocamento de negativa dá (p. 125):



Substituindo-se negative por not ou, aplicando-se uma

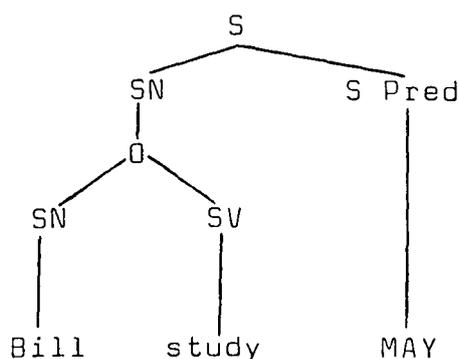
transformação opcional para ligar not ao auxiliar, teremos, na estrutura superficial:

O'Brien will not (ou won't) behave.

Nas duas alternativas de análise consideradas até agora - a proposta por Chomsky em Aspects e a de Jacobs e Rosenbaum em English Transformational Grammar - o modal é considerado como verbo auxiliar. Enquanto que na de Chomsky ele é membro de S Pred, na de Jacobs e Rosenbaum ele é membro de S. Não há maiores discussões sobre o porquê de uma análise ou de outra.

Há uma terceira abordagem, adotada por EUNICE PONTES<sup>34</sup> na sua tese Verbos Auxiliares em Português, que não considera o modal como auxiliar, mas sim como verbo que tem uma oração como sujeito. Segundo Pontes, os chamados auxiliares modais não podem ser considerados auxiliares porque, por suas características sintáticas, são do tipo de parecer (que se constrói com oração subjetiva) e o infinitivo que deles depende forma uma oração reduzida - sujeito da oração principal.

Para Pontes, o modal, ao invés de estar ligado ao S Pred, como no primeiro modelo considerado, ou diretamente ligado a S, da forma como vimos em Jacobs e Rosenbaum, apresenta-se assim:



Como vemos, tanto em Aspects quanto na abordagem efetuada por Jacobs e Rosenbaum e também na realizada por Eunice Pontes, parece claro que a descrição dos modais é de base estritamente sintática. Em seu trabalho, Pontes afirma (p. 39):

O critério preponderante na análise deve ser o comportamento sintático dos verbos e não seu significado. Parece óbvio que é muito mais seguro analisar os verbos de acordo com seus acompanhantes na oração do que conforme seu sentido, uma vez que nem sempre temos casos claros de sentido diverso.

A interpretação semântica seria atribuição do componente semântico mas, com relação aos modais, este aspecto não foi explorado mais profundamente.

Se, como quer Pontes, devemos nos apoiar exclusivamente no aspecto sintático quando da descrição de enunciados que contenham modais, como explicar o fato de que uma sentença como (1) You can take your methodology and shove it é perfeitamente aceitável, enquanto que sua forma interrogativa (2) Can you take your methodology and shove it?, que não transgride nenhuma regra sintática, nos parece no mínimo estranha, quando não totalmente inaceitável?

ROBIN LAKOFF<sup>22</sup> (p. 294), em seu artigo The Logic of Politeness, afirma que a sentença Can you take your methodology and shove it? é inaceitável por razões puramente pragmáticas. Segundo a autora, enquanto a forma afirmativa (1) é descortês, a forma (2) é cortês. A intenção do falante ao enunciar (1), podemos intuir, é a de manifestar sua irritabilidade - ser descortês, portanto. Desse modo, uma forma de cortesia como (2) não pode veicular o mesmo significado que (1) e só seria aceitável como manifestação de ironia (cf. 2.3.6), conclusão esta a que chegamos, de qualquer modo, com base em

considerações de ordem pragmática e não sintática.

Outro aspecto interessante a ser discutido é o da ambigüidade. Nessa questão a LGT limitou-se a considerar a ambigüidade estrutural (uma ES com mais de uma EP) e a semântica (palavras com mais de um significado, tornando ambíguas as estruturas que as contivessem). A LGT não se ocupou de um tipo de ambigüidade, discutida por ROBIN LAKOFF<sup>22</sup> (p. 295) em The Logic of Politeness, que só pode ser resolvida se se levar em consideração o contexto em que o enunciado ambíguo ocorre - ambigüidade pragmática.

Um enunciado como Please shut the window pode ter três leituras diferentes e não por razões sintáticas ou semânticas. E, dependendo da interpretação que a ele for dada, o receptor pode responder de três maneiras diferentes.

Consideremos estes três diálogos:

(1) -Please shut the window.

-Yes, sir.

(2) -Please shut the window.

-Oh, it's so hot in here!

(3) -Please shut the window.

-Hey, what's the matter?

No primeiro exemplo, o falante encontra-se em situação de superioridade com relação ao ouvinte, pode coagi-lo a realizar o ato de fechar a janela, sendo o uso de please meramente convencional. Em (2), o falante ou está em situação de igualdade com relação ao ouvinte ou a ele se subordina. Please, neste caso, realmente equivale à solicitação de um favor. (3) poderia ocorrer entre amigos íntimos, por exemplo, num caso em que o ouvinte, talvez sem o saber, tenha ferido a

suscetibilidade do falante. Este, então, usa uma forma de cortesia - o relacionamento íntimo de ambos dispensava tais formas - que, por ser formal, mantém um distanciamento entre os dois. Daí a réplica do receptor, Hey, what's the matter?, referindo-se à atitude do falante e não ao conteúdo semântico de seu enunciado.

Assim, após todas as considerações acima, parece-nos claro que, para uma descrição lingüística satisfatória, não podemos ater-nos apenas à sintaxe e à semântica. Fatores relacionados ao uso devem ser também considerados. No entanto, a semântica, na Gramática Gerativa, tem tido pouca preocupação com aspectos relacionados ao uso da língua. É certo que ela se auto-impôs essa limitação, pois nunca se propôs considerar informações contextuais no estudo da chamada competência lingüística, transferindo-as para o estudo do desempenho. Ocorre, porém, que problemas como os levantados pelos exemplos (1) e (2) sugerem que certos pressupostos teóricos da LGT devem ser discutidos. É o que faz, por exemplo, Robin Lakoff.

É importante, tendo-se em vista os objetivos desta dissertação, nos remetermos aos trabalhos de Robin Lakoff, procurando considerar aspectos das mais recentes posturas lingüísticas e a importância dos novos fatos por elas apontados.

## 2.2. Novas posturas lingüísticas

As principais teorias lingüísticas desenvolvidas até os nossos dias, como pudemos observar nas considerações tecidas no capítulo 2, pouca ou nenhuma referência fazem ao contexto de enunciação como relevante no estudo das estruturas lingüísticas. Embora tenha havido teorias contextuais do significado - especialmente na lingüística britânica ligada a J. R. Firth e seus seguidores\* - as teorias lingüísticas em geral pretenderam criar modelos analíticos sem incorporar referências ao contexto de enunciação, porque a língua era tida como um objeto auto-suficiente.

Ocorre, porém, que uma série de fenômenos lingüísticos - dependentes do contexto de enunciação e observados como relevantes para uma teoria da linguagem - foram-se acumulando ao longo da história recente da lingüística, obrigando os lingüistas a procurarem teorias mais abrangentes que incorporem coerentemente tais fenômenos.

Procuraremos identificar alguns destes fenômenos.

---

\*De acordo com a teoria semântica contextual, para se chegar ao significado de um enunciado, ou mesmo de um vocábulo, é preciso conhecer os contextos de enunciação<sup>29</sup> (p.611).

A teoria contextual do significado está relacionada fundamentalmente com a teoria desenvolvida por Firth, para quem a função social da língua é seu aspecto mais relevante, e que tem o contexto como base para sua teoria do significado<sup>29</sup> (p. 607).

## 2.2.1. Fenômenos relacionados ao contexto de enunciação

### 2.2.1.1. A dêixis

Segundo LYONS<sup>29</sup> (p. 637),

by deixis is meant the location and identification of persons, objects, events, processes and activities being talked about, or referred to, in relation to the spatio-temporal context created and sustained by the act of utterance and the participation in it, typically, of a single speaker and at least one addressee.

E, prossegue Lyons, há em todas as línguas naturais certos fatos cuja explicação só é possível se considerarmos que eles se desenvolveram para a comunicação interpessoal. Certos enunciados, que em forma escrita poderiam ser ambíguos, tornam-se perfeitamente claros na comunicação oral, isso porque eles contêm elementos cujo significado só pode ser percebido, em sua totalidade, se relacionados ao contexto da enunciação.

A dêixis envolve elementos lingüísticos que identificam os interlocutores (dêixis de pessoa: os pronomes eu - vo-cê), o lugar e o tempo de enunciação (dêixis espaço-temporal: advérbios de tempo e lugar), os seres presentes no contexto da enunciação (dêixis demonstrativa: os pronomes este, aquele).

BENVENISTE<sup>3</sup> mostrou que os elementos dêiticos, em especial os de pessoa, mais do que apenas identificar os interlocutores, constituem o instrumento de conversão da linguagem em discurso, em atividade orientada por quem a assume como sujeito, autodesignando-se de eu: o indivíduo se apropria da língua e orienta o discurso na sua perspectiva.

LYONS<sup>29</sup> (p. 646) concluindo seu estudo de dêixis de pessoa e referindo-se a Benveniste, diz:

It is difficult to escape the conclusion that person-deixis in any language that manifests it (and, as far as we know, all natural languages do) is something that cannot be analyzed away in terms of anything else. Deixis, in general, sets limits upon the possibility of decontextualization; and person-deixis, like certain kinds of modality, introduces an ineradicable subjectivity into the semantic structure of natural languages.

#### 2.2.1.2. Escalas de formalidade

Outro aspecto exterior à língua propriamente dita, mas que se reflete na estrutura lingüística, é a questão do papel social desempenhado pelo falante e do status social que ele possui. Em primeiro lugar, vejamos o que se entende por essas duas expressões. Os papéis sociais se referem a funções características da cultura e são estabelecidos e reconhecidos por aqueles que nela vivem. Daí, temos os papéis de pai e filho, mestre e discípulo, médico e paciente, etc. Já o 'status' social se refere à posição social relativa que um indivíduo ocupa no grupo social. Enquanto que os papéis sociais são bem determinados e aceitos na sociedade, um indivíduo pode ou não aceitar seu 'status' social relativo. De qualquer forma, cada membro da comunidade sabe ou imagina que sabe qual é seu 'status' com relação aos outros membros<sup>74</sup>. A distinção entre o papel social e o 'status'<sup>\*</sup> pode tornar-se mais clara nessa situação concreta: entre pessoas da mesma classe social, desempenhando o mesmo papel social, convencionou-se que o falante

---

\* O papel social pode implicar em 'status', não havendo, então, tal distinção<sup>29</sup> (p. 576).

se deve colocar em situação de inferioridade com relação ao ouvinte. Ele assume, por conseguinte, um 'status' social inferior, embora seu papel dentro da sociedade seja o mesmo de seu interlocutor.

Tanto o papel social quanto o 'status' relativo do falante vão determinar a escolha de formas lingüísticas adequadas, das quais as que primeiro nos vêm à mente são as formas de tratamento e os pronomes pessoais: você, Vossa Excelência e o 'pluralis majestatis' nós, por exemplo. Em japonês, há um pronome de primeira pessoa que só pode ser usado pelo imperador, além de que todos os pronomes pessoais são determinados pelo 'status' social e função dêitica do falante<sup>29</sup> (p. 575).

O sexo e a idade dos falantes são também fatores relacionados com o 'status' social. A escolha entre você e o senhor, por exemplo, é determinada pela posição social dos interlocutores que pode ser, por sua vez, determinada por suas idades. Dizemos 'pode ser' porque há casos em que só a posição social é que condiciona o uso de uma dessas formas: o caso, por exemplo, de um aluno de cinquenta anos que, ao dirigir-se a um professor de trinta, trata-o de senhor. A adequação do enunciado Eu estou cansado dependerá, entre outros fatores, de ser o falante do sexo masculino.

Entretanto, não só os pronomes pessoais e as formas de tratamento dependem, para serem adequadamente usados, do 'status' dos participantes do discurso. ROBIN LAKOFF<sup>29</sup>, em seu trabalho Language in Context, em que ela trata das formas de cortesia, refere-se à preocupação que um falante deverá ter, com relação à posição social do ouvinte, se desejar empregar adequadamente o imperativo em inglês. Assim, essa

seqüência de enunciados, do mais cortês ao menos cortês, dependerá da posição social do falante com relação a seu interlocutor - de inferior no primeiro a superior no último\* :

- (13) Come in, won't you?
- (14) Please come in.
- (15) Come in.
- (16) Come in, will you?
- (17) Get the hell in here. <sup>29</sup> (p. 415)

### 2.2.1.3. Os atos de fala

É relevante, para a caracterização dos atos de fala, lembrarmos que a língua, ao contrário do que comumente se pensa, não tem a única função de transmitir informações - função descritiva - mas serve também para influenciar o outro participante do ato de comunicação em seu comportamento e concepções, revelando, assim, ser fundamental para a integração do indivíduo na sociedade<sup>29</sup>.

O filósofo positivista Wittgenstein já considerava esse aspecto da integração social, pois para ele falar uma língua era como envolver-se num jogo. Nas palavras de LYONS<sup>29</sup> (p. 727),

One acquires one's command of a language, not by first learning a single set of prescriptive rules which govern its use on all occasions, but by engaging in a variety of different language-games, each of which is restricted to a specific

---

\*Deve-se observar, aqui, que o colocar-se em situação de inferioridade com relação ao ouvinte, como no enunciado (13), é um princípio universal de cortesia lingüística. Quanto ao enunciado (17), em que o falante se encontra em situação de superioridade com relação ao ouvinte, ele poderá ser grosseiro numa situação em que tal não suceda. Não é o caso, como afirma Lakoff, do uso de tal enunciado entre amigos íntimos, quando o tipo de relacionamento entre os participantes do discurso permite a quebra das regras de cortesia<sup>21</sup> (nota 5, p. 415).

kind of social context and is determined by particular social conventions.

Dentre as teorias que se ocupam do aspecto social da língua, destaca-se a dos atos de fala (speech-acts), iniciada pelo filósofo J. L. Austin. Os atos de fala, da maneira como foram conceituados por Austin, são atos de comunicação não necessariamente verbal, embora Austin tenha desenvolvido sua teoria tendo a língua em vista.

No decorrer do tópico que estamos ora desenvolvendo, esperamos que se possa perceber a importância que tem o contexto na teoria dos atos de fala, pois ela se desenvolve dentro de uma teoria geral da atividade social<sup>29</sup>. Como as de Firth e Malinowski, é uma teoria contextual do significado.

Vejamos como Austin, com o progresso de seus estudos, chegou à conclusão de que todos os enunciados são performativos, isto é, são enunciados através dos quais os falantes não só comunicam fatos ou influenciam pessoas, mas realizam certos atos.

De início, ele traçou uma distinção entre enunciados constativos e performativos. Os primeiros seriam aqueles que têm um valor de verdade (são descritivos), enquanto que os segundos, além de não poderem ser falsos ou verdadeiros, seriam utilizados para fazer coisas - por exemplo, ao dizer I name this ship 'Liberté', no próprio ato de dizer essas palavras, dentro de um certo contexto, o falante está realizando o ato<sup>29</sup> (p. 727). No entanto, essa distinção não pode ser sustentada, se considerarmos que dizer alguma coisa é, de certa forma, fazer alguma coisa. Para J. R. Ross (1970), todas as sentenças têm um verbo dizer subentendido: São cinco horas (Digo que são cinco horas); Que horas são? (Pergunto

que horas são)<sup>29</sup> (p. 738).

E como tratar os chamados verbos parentéticos? \*

Austin argumenta que há verbos performativos que podem ser usados parenteticamente:

I'll come back later, I promise you.

Neste enunciado, o ato de prometer é realizado por I'll come back later, sendo que I promise you simplesmente reforça a promessa, exatamente como em:

I promise (that) I'll come back later, que, por analogia, seria também um enunciado parentético. No entanto, uma sentença claramente performativa como I promise to come back later é semanticamente equivalente a I promise (that) I'll come back later, o que torna pouco clara a distinção entre verbos parentéticos e performativos. Já BENVENISTE<sup>3</sup> (p. 291) havia caracterizado os verbos parentéticos como não descritivos, chamando-os de 'indicateurs de subjectivité'.

Mas resta-nos ainda o problema dos verbos delocutivos\*\*. Assim como o verbo salutare, do latim, está morfologicamente relacionado a Salus!, to welcome está relacionado a Welcome!. To welcome, portanto, significará to say 'Welcome', considerando-se say, aqui, não como proferir ou pronunciar, mas levando-se em conta que o falante entende o que está dizendo e

\*Verbos parentéticos são aqueles, como think e believe, que servem para enfraquecer ou modificar o valor<sup>29</sup> de verdade de um enunciado (Urmson, 1952, citado por LYONS<sup>29</sup>, p. 738).

\*\*Um verbo x é delocutivo se morfologicamente deriva de uma forma x e se significa realizar o ato ilocucional que é realizado ao se proferir a forma x (LYONS<sup>29</sup>, p. 739).

tem a intenção de realizar esse ato.

Ora, se a emissão de I promise é, por convenção, associada ao ato de prometer, X said 'I promise' implicaria em X promised, da mesma forma que X said 'Welcome' to Y implicaria em X welcomed Y. A relação entre to welcome e a fórmula performativa Welcome! não difere daquela entre to promise e a fórmula performativa I promise<sup>29</sup> (p. 743).

Embora Austin tenha mantido a distinção entre o uso performativo e o puramente descritivo de verbos como say e promise, a conclusão a que ele chegou é a de que todos os enunciados são performativos, isto é, todos têm a função de realizar atos ilocucionais.

Nesse ponto podemos tratar da distinção que Austin estabeleceu entre atos locucionais, ilocucionais e perlocucionais. Atos locucionais envolveriam a produção de enunciados com um significado; um ato ilocucional é aquele em que, ao mesmo tempo em que emite um enunciado, o falante realiza o ato: dar uma ordem, batizar uma criança, perdoar uma pessoa, por exemplo; e, finalmente, ato perlocucional, aquele através do qual o falante procura alcançar determinado efeito, como ao se consolar alguém, por exemplo<sup>29</sup>.

Através dos conceitos considerados no parágrafo anterior, pode-se perceber a impossibilidade de dissociar os atos de fala dos contextos em que eles se realizam, principalmente se se tratar de atos que dependam de aspectos particulares de determinada cultura. O ato através do qual um padre perdoa os pecados de uma pessoa, por exemplo, só terá sentido numa sociedade de fé cristã. Mesmo os atos de fala universais, como fazer perguntas, dar ordens, e assim por diante, que são comuns a todas as sociedades, dependem do contexto de enuncia-

ção, pois eles podem ter diferentes forças ilocucionais, isto é, podem exprimir, por exemplo, uma ameaça, uma promessa, uma incerteza.

Nessa questão dos atos de fala, não podemos deixar de considerar também a intenção do falante, aspecto esse de nítido carácter pragmático. Ao emitir um enunciado, o falante tem em mente um determinado efeito, que pode diferir do efeito realmente alcançado. Tanto o efeito real quanto o intencional são chamados por Austin de efeitos perlocucionais. Para que o receptor possa compreender o enunciado do emissor, ele precisa, pelo menos, reconhecer que um determinado ato ilocucional foi realizado:

Meaning and understanding are correlative, and both involve intentionality. The meaning of an utterance necessarily involves the sender's communicative intention and understanding an utterance necessarily involves the receiver's recognition of the sender's communicative intention.<sup>29</sup> (p. 733).

A relevância do aspecto contextual na teoria dos atos de fala fica mais patente quando se considera que, para que um ato ilocucional seja bem sucedido é preciso que ele satisfaça certas condições, chamadas de condições de felicidade e que Searle classificou como: condições preparatórias, condições de sinceridade e condições essenciais, todas elas relacionadas a certas atitudes dos falantes.

As condições preparatórias exigem que a pessoa a realizar o ato ilocucional tenha autoridade ou direito para tanto. No exemplo mencionado acima, do indivíduo que perdoa os pecados de um outro indivíduo, é preciso que o primeiro preencha certos requisitos impostos pela cultura a que ele pertence e que o enunciado seja proferido em circunstâncias especiais:

na privacidade de um confessor, por exemplo, dentro de um certo ritual. Se um indivíduo qualquer dirigir-se a outro, dizendo Teus pecados estão perdoados, o ato ilocucional será falho, por não ter preenchido a primeira série de condições - condições preparatórias.

Para que as condições de sinceridade sejam satisfeitas, a pessoa que realiza o ato ilocucional deverá acreditar na verdade daquilo que afirma, a não ser em certas ocasiões especiais quando as regras de polidez têm precedência, o que de qualquer forma é apenas questão de convenção social.

As condições essenciais dizem respeito ao fato de que a pessoa que realiza o ato ilocucional está comprometida com certas atitudes e intenções que são determinadas pela força ilocucional do ato ilocucional. Assim, ao darmos uma ordem, por exemplo, nós nos comprometemos com as intenções que podem ser inferidas do enunciado emitido.

Apesar da controvérsia que a teoria dos atos de fala tem provocado - em termos teóricos, entre os formalistas e contextualistas; em termos mais específicos, dentro da própria teoria, em questões como a existência ou não de convenções lingüísticas na determinação da força ilocucional de um ato de fala - ela é uma teoria que não pode ser descartada, uma vez que se preocupa com fatos relevantes - enunciados performativos, principalmente - que outras teorias desconsideram e que são mais um fator a assinalar a importância do contexto para a descrição lingüística.

#### 2.2.1.4. A pressuposição (condições de felicidade)

Os filósofos e lingüistas que acreditam ser o contexto determinante da estrutura lingüística (Austin, Searle e Hymes,

por exemplo) têm se preocupado em descobrir que tipo de conhecimento prévio o falante deve ter a fim de usar uma forma lingüística de maneira apropriada. Como afirma FILLMORE<sup>11</sup> (p. 274), ele também um defensor da teoria contextual do significado, é mais importante perguntar "What do I need to know in order to use this form appropriately and to understand other people when they use it?" do que "What is the meaning of this form?".

Essa maneira de ver as coisas leva o lingüista a procurar descobrir que condições fazem com que o falante nativo saiba, inconscientemente, que formas lingüísticas são adequadas a determinado contexto. Essas condições, Austin chamou-as de condições de felicidade (happiness conditions ou felicity conditions)<sup>11</sup> (p. 275).

Vejamos, como exemplo, quais seriam as condições de felicidade para o enunciado Please shut the door<sup>11</sup> (p. 276):

- i. The speaker and the addressee of this sentence are in some kind of relationship which allows the speaker to make requests of the addressee.
- ii. The addressee is in a position where he is capable of shutting the door.
- iii. There is some particular door which the speaker has in mind and which he has reason to assume the addressee can identify without any further descriptive aid on the speaker's part.
- iv. The door in question is, at the time of utterance, open.
- v. The speaker wants that door to become closed.

Agora, ressalte-se o seguinte: só vão nos interessar aquelas condições de uso que estejam de alguma forma relacionadas com a estrutura lingüística dos enunciados. Assim, no exemplo dado, a primeira condição é importante porque está ligada à escolha da forma imperativa pelo falante.

Em suma, de acordo com a linha seguida por Fillmore,

para que um ato de fala seja convenientemente analisado, deve ser considerado não apenas o nível ilocucional, ao qual nos referimos em 2.2.1.3., mas também o nível pressuposicional (para Fillmore, as condições de felicidade são pressuposições), sem o qual o ato ilocucional não se realizaria de maneira satisfatória.

A existência dos fatos comentados em 2.2.1. mostra-nos que a lingüística deve ir além de meramente explicitar um sistema abstrato de regras sintáticas e semânticas. Um enunciado só será entendido em sua totalidade se tivermos informações sobre o contexto em que ele é emitido. E para que ele seja considerado um bom enunciado, o falante deverá conhecer, além das regras gramaticais, as regras de uso, sem as quais as primeiras seriam sem sentido.

Assim, é preciso definir:

- a) condições de boa formação sintática;
- b) condições de boa formação semântica;
- c) condições de felicidade.

As condições de felicidade, que dizem respeito ao uso adequado dos enunciados, são chamadas de condições pragmáticas. Embora os fatos conhecidos sobre as línguas naturais não tenham sido, todos eles, clara e coerentemente abrangidos por uma teoria lingüística, parece haver um consenso quanto à necessidade de nela se incorporarem informações pragmáticas, como o comprovam as palavras de BENVENISTE<sup>3</sup> (p. 225), DUCROT<sup>10</sup> (p. 141), LAKOFF<sup>22</sup> (p. 292) e LYONS<sup>29</sup> (p. 117), respectivamente:

O sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do

falante\* .

Para as línguas naturais não se pode imaginar nenhum nível de descrição semântica onde se finja que tais línguas não se destinam a ser faladas.

(...) only by appeal to context could we account for the unacceptability under some conditions of sentences which under other conditions were unexceptionable.

(...) whatever distinction may be drawn between pure semantics and pure pragmatics, the analysis of meaning in natural languages will necessarily involve pragmatic considerations.

### 2.2.2. Integração de informações de ordem pragmática na teoria lingüística.

Ao mesmo tempo em que parece não haver mais dúvidas quanto à relevância, para a teoria lingüística, dos fatores ligados ao contexto de enunciação, muito debatida é ainda a questão de como eles podem nela ser integrados.

Nosso objetivo, neste tópico, é abordar algumas das posições mantidas pelos lingüistas. Por ora, entretanto, não assumiremos nenhuma posição face ao problema, visto que essa questão de integração de fenômenos pragmáticos à teoria lingüística é, antes de tudo, uma questão empírica e só com os resultados fornecidos pelas várias teorias - cada qual trabalhando com seus pressupostos - poderemos, no futuro, nos definir quanto à teoria mais adequada.

Consideraremos, aqui, três posições fundamentais: a primeira, visão tripartite, fundada na partição lógica sintaxe/semântica/pragmática; a segunda, visão unificadora, que

---

\*Le sens de la phrase implique référence à la situation de discours et l'attitude du locuteur.

rejeita a compartimentação sintaxe/semântica/pragmática; e a terceira, excludente, em que os fenômenos ditos pragmáticos ou se incorporam à semântica ou são vistos como fazendo parte de uma teoria do desempenho.

A classificação tripartite, presente já em Peirce, foi formulada por Morris em 1938, tendo os conceitos de sintaxe, semântica e pragmática sido reformulados pelo próprio Morris em 1946, da seguinte forma<sup>29</sup> (p. 117):

Pragmatics is that portion of semiotic which deals with the origin, uses, and effects of signs within the behavior in which they occur; semantics deals with the signification of signs in all modes of signifying; syntactics deals with combinations of signs without regard for their specific significations or their relation to the behavior in which they occur.

Nessa posição, há, em geral, o pressuposto de que deve haver precedência dos estudos sintáticos sobre os semânticos e destes sobre os pragmáticos, isto é, os estudos semânticos só seriam efetuados após os sintáticos e os pragmáticos só depois que os dois primeiros estivessem realizados.

Em oposição a este ponto de vista, encontramos a visão unificadora, na qual a compartimentação tradicional - sintaxe/semântica/pragmática - é superada. É, por exemplo, a visão de HABERLAND e MEY<sup>14</sup> (p. 9): "Linguistics is pragmatics or it is not." Aqui, os fenômenos pragmáticos não são acessórios (para que deles lancemos mão quando o 'verdadeiro' trabalho lingüístico estiver realizado), mas essenciais, no sentido de que deles depende o significado de um signo lingüístico:

(...) whereas syntax and semantics traditionally abstract from actual users, pragmatics is always aware of the fact that a sign system is (sensu strictu) rather meaningless if not used: the

abstraction process stops here<sup>14</sup> (p. 2).

Há ainda o terceiro ponto de vista, que poderíamos chamar de excludente, segundo o qual o estudo da língua se faz por meio da sintaxe e da semântica. Os fenômenos pragmáticos ou são incorporados na semântica - uma teoria semântica enriquecida abrangendo os fenômenos linguisticamente relevantes ligados ao contexto de enunciação, como propõe D. K. Lewis, por exemplo - ou ficarão para uma teoria do desempenho, conforme postula Jerrold Katz.

Aliás, essa questão é bastante controvertida. Hymes, por exemplo, contrapõe-se a essa posição dos gerativistas mais ortodoxos, procurando tornar mais abrangente a noção de competência pela introdução do conceito de competência comunicativa, segundo o qual um falante é capaz de, além de produzir sentenças bem formadas, adequá-las a um contexto. Hymes argumenta, inclusive, que há casos em que uma sentença deve ser agramatical, para ser adequada - o aspecto gramatical vindo a ser, então, apenas um dos vários aspectos da competência comunicativa<sup>18</sup>. Tal modelo implicaria na internalização não apenas de regras gramaticais mas também de atitudes e valores com relação à língua e seus usos e a competência do indivíduo seria alimentada por sua experiência dentro do ambiente social.

Se considerarmos que um falante nativo é capaz de, inconscientemente, usar seu conhecimento lingüístico adequadamente e que certos elementos lingüísticos só se definem no uso, poderemos aquilatar a importância da redefinição de competência feita por Hymes.

Vejamos, agora, como Robin Lakoff - cujo trabalho sobre os modais será considerado no capítulo 2.3 - se situa

frente ao problema. Para ela certos aspectos da competência lingüística dependem, para uma descrição adequada, de considerações sobre o contexto em que se encontram - mesmo nos estudos sintáticos e semânticos os aspectos contextuais devem ser levados em conta, como o comprovam as seguintes citações de El Lenguaje en su Entorno<sup>21</sup> (p. 407) e The Pragmatics of Modality<sup>23</sup> (p. 243):

(...) há áreas da competência lingüística que não podem ser descritas em nenhuma teoria que não permita que a informação sobre o contexto ou circunstância em que tenha lugar o discurso (...) se integre com a informação pertinente de um ponto de vista puramente lingüístico que a oração trate de transmitir (...)\*.

(...) real-world situations and social and other contextual assumptions must be brought into consideration, even when we are thinking in terms of classical syntactic and semantic rules (...)

---

\*(...) hay zonas de la competencia lingüística que no pueden describirse en ninguna teoría que no permita que la información sobre el entorno o circunstancias en que tenga lugar el discurso (...) se integre con la información pertinente desde un punto de vista puramente lingüístico que la oración trate de transmitir (...).

### 2.3. Os modais numa abordagem semântico-pragmática

Tendo em mente o que foi abordado no último parágrafo de 2.2.2 - a necessidade de se levar em conta aspectos contextuais quando da descrição lingüística - procuraremos, neste capítulo, enfocar considerações relevantes que Robin Lakoff faz a respeito dos modais em inglês e tentaremos, ao mesmo tempo, ampliar seu estudo, tratando alguns modais que ela deliberadamente não considera em seu trabalho.

Em The Pragmatics of Modality, Lakoff defende a idéia de que a escolha dos modais em inglês não pode ser feita apenas em bases sintáticas ou semânticas - é preciso também considerar aspectos contextuais para que eles sejam adequadamente empregados. Ela não resolve todos os problemas; ao contrário, chama a atenção para o fato de que eles são mais intrincados do que parecem à primeira vista. Ao mesmo tempo, ela ressalta que, tendo em vista todos os fenômenos de natureza claramente pragmática relacionados aos modais, é visível a necessidade de uma teoria lingüística que os leve em conta.

Trataremos, nos tópicos a seguir, em primeiro lugar, da distinção entre can e may, questão essa que se resolve no nível do que se poderia chamar de "semântica pura" (estrutura lógica dos enunciados). A partir daí, mostraremos aspectos dos modais que ultrapassam uma "semântica pura", isto é, uma semântica que não inclua o contexto no estudo do significado

dos enunciados. Aspectos como o caráter de comando que podem ter enunciados contendo may, should e must, a questão da imposição e a questão da expressão de ironia, por exemplo, são aspectos que vão exigir referência ao contexto da enunciação, para que deles possamos dar conta satisfatoriamente.

### 2.3.1. Can e may - um problema de quantificação

Alguns problemas relativos aos modais - especialmente a diferença entre can e may - podem ser resolvidos no âmbito da estrutura lógica do enunciado, por estarem relacionados a questões de quantificação. LAKOFF<sup>23</sup> (p. 230) cita como exemplo os enunciados (1) Football players may be sex maniacs e (2) Football players can be sex maniacs, que poderiam ser parafraseados por (3) It is possible for football players to be sex maniacs.

Se considerarmos a questão da adequação contextual, entretanto, verificaremos que (3) não é paráfrase de (1) e (2) em todas as situações. Há contextos em que só cabe (1) e não (2), por exemplo no caso em que não se saiba se a sentença Football players are sex maniacs é verdadeira, embora se suponha que sim. Uma eventual demonstração de que ela é falsa não compromete a sentença Football players may be sex maniacs, que se mostra, assim, incapaz de ser falseada.

O mesmo não acontece com Football players can be sex maniacs, em que o falante deve saber de pelo menos um caso de um jogador de futebol que seja maníaco sexual. Se se pudesse demonstrar não existir nenhum caso de jogador de futebol que fosse ou tivesse sido maníaco sexual, a sentença (2) seria falsa.

Embora tanto (1) quanto (2) possam ser parafraseadas

por (3), elas diferem entre si, como vimos, e isso se deve à sua estrutura lógica, conforme nos demonstra ROBIN LAKOFF<sup>23</sup> (p. 232) através das seguintes representações:

a. Football players may be sex maniacs = (1)

$(\exists w) (\forall x) (\forall t) SM(x, t, w)$ , em que  $x$  = jogadores de futebol,  $t$  = tempo e  $w$  = mundos possíveis\*.

A sentença a poderia ser lida da seguinte forma: Todos os jogadores de futebol  $(\forall x)$ , em algum mundo possível  $(\exists w)$  e durante todo o tempo  $(\forall t)$ , são maníacos sexuais.

b. Football players can be sex maniacs = (2) (a)

$(\forall x) (\exists t) SM(x, t)$

Aqui, a interpretação que se dá é a de que em algum tempo  $(\exists t)$ , todos os jogadores de futebol  $(\forall x)$  são maníacos sexuais.

c. Football players can be sex maniacs = (2) (b)

$(\exists x) (\forall t) SM(x, t)$

Lê-se, aqui, que alguns jogadores de futebol  $(\exists x)$ , durante todo o tempo  $(\forall t)$ , são maníacos sexuais.

d. Football players can be sex maniacs = (2) (c)

$(\exists x) (\exists t) SM(x, t)$

Esta sentença pode ser assim interpretada: Alguns jogadores de futebol  $(\exists x)$ , em algum tempo  $(\exists t)$ , são maníacos sexuais.

Note-se que em nenhuma das interpretações aparece  $(\forall x)$  e  $(\forall t)$  simultaneamente. Se assim ocorresse, teríamos o enunciado Football players are sex maniacs, que não contém modal.

\*Em lógica, o símbolo  $\forall$  representa o quantificador universal que significa algo como "tudo"; e o símbolo  $\exists$ , o quantificador existencial que significa "alguém".

Pela diferença de quantificação, podemos dar conta da diferença de significado entre enunciados contendo can e may - a diferença entre can e may; e a tríplice leitura que se pode fazer de enunciados com can. Já quanto a must e should, que como can e may não são exatamente equivalentes, o problema parece ser, como acredita Lakoff, de natureza pragmática e será estudado mais pormenorizadamente em 2.3.4, após certas considerações que acreditamos relevantes e que serão tratadas em 2.3.2 e 2.3.3.

### 2.3.2. Atitude do falante com relação ao ouvinte

Aqui, deveremos apontar, primeiramente, as três situações em que falante e ouvinte podem se encontrar e ver de que maneira as regras de cortesia e a questão da imposição estão relacionadas a essas posições.

Em qualquer ato de comunicação, o falante pode estar em situação de igualdade com relação ao ouvinte, pode ser superior a ele ou, ainda, pode estar em situação de inferioridade e nos três casos mencionados, as regras de cortesia estão presentes como ingredientes essenciais para a enunciação adequada - o rompimento delas pode frustrar a comunicação.

Quais seriam estas regras? Segundo ROBIN LAKOFF<sup>22</sup> (p. 298), poderiam ser consideradas três regras de polidez:

1. Não impor
2. Dar opções
3. Fazer com que o ouvinte se sinta à vontade

A primeira destas regras nos diz que não devemos nos imiscuir nos assuntos particulares do ouvinte ou, quando for o caso de fazê-lo, pedir permissão para tal: May I ask you how much you paid for your new flat?

Formas impessoais como Dinner is served, empregada por um garçom, por exemplo, seguiria mais de perto essa primeira regra do que Would you like to eat?.

Nessa regra incluiríamos ainda o uso de termos técnicos em lugar de expressões tabus relacionadas, por exemplo, a sexo e excreções. O uso de termos como fezes e cópula, por exemplo, não causa tanta comoção quanto o uso de seus correspondentes não-técnicos.

Passemos agora a considerar a regra 2. Esta dá ao ouvinte alternativas quanto à maneira como ele deve reagir ao enunciado do falante e pode manifestar-se através do emprego de partículas como tag questions e expressões do tipo de sort of e I guess: It is pretty hot in here, isn't it?, That friend of yours is sort of conventional, I guess it's time to leave. Nos três exemplos, o ouvinte pode concordar ou não com a proposição do falante e é este que lhe dá essas alternativas - pelo emprego do tag question isn't it na primeira, de sort of na segunda e de I guess na terceira sentença.

A regra 2 pode manifestar-se também através do uso de modais, como no exemplo It must be time to leave. Aqui, além da expressão de incerteza por parte do falante quanto ao conteúdo, dá-se ao ouvinte liberdade para escolher entre concordar ou discordar da proposição.

É o que ocorre, também, com o enunciado Shall we drive or shall we fly, Sir?<sup>32</sup>, que significaria aproximadamente Do you think we should drive or fly, Sir?. Aqui, a autoridade do ouvinte é que prevalece, embora o falante esteja envolvido na situação. É uma forma cortês porque permite que o ouvinte tome a decisão.

Esta regra abrange também eufemismos - termos e expressões usados quando se quer evitar a conotação desagradável de outros termos ou expressões: aqueles dias em lugar de menstruação, por exemplo.

Devemos ter cuidado em não confundir o emprego de eufemismos com o de termos técnicos, que pertencem à regra 1. Usamos um termo técnico num contexto que exige certa formalidade - uma palestra, por exemplo - enquanto que um eufemismo que, como outros recursos da regra 2, é forma cortês por deixar ao ouvinte a possibilidade de interpretá-lo como não sendo referente "àquilo", é apropriado a situações sociais do tipo de recepções e coquetéis.

Ainda assim, às vezes as regras 1 e 2 se confundem: o uso de um certo enunciado pode ser interpretado ou como desejo de não impor algo ao ouvinte ou de lhe dar oportunidade de escolha entre várias alternativas.

Tratemos agora da regra 3. Esta deve estar sempre presente se se quer manter um diálogo cortês. Embora possamos dizer que 1 e 2 têm também, de certa forma, a função de fazer o ouvinte se sentir à vontade, não é esta sua função principal. Já a regra 3 tem um único objetivo: fazer o ouvinte sentir-se igual ou superior ao falante. Abrange formas que aparentemente não têm significado, como expressões do tipo de I mean e Y'know. Inclui apelidos, primeiros nomes e pronomes como tu em francês.

O enunciado You must have some of this cake, por exemplo, empregado na situação de uma dona-de-casa servindo um pedaço de bolo a seus convidados, poderia estar sujeito a esta última regra. Aqui devemos demorar-nos um pouco mais e examinar com cuidado o que há de especial com You must have some of

this cake, que é justamente um dos enunciados que Robin Lakoff utiliza como exemplo para ilustrar suas hipóteses sobre a questão da cortesia lingüística em seu trabalho El Lenguaje en su Entorno.

No referido trabalho, Robin Lakoff aborda a questão dos honoríficos, indicadores especiais de cortesia que se caracterizam pelo fato de o falante se colocar em posição inferior com relação ao ouvinte. Tais partículas, porém, não existem em todas as línguas, como é o caso do inglês, mas Lakoff procura demonstrar que, mesmo não dispondo de marcadores especiais, o inglês pode utilizar, com a função de honoríficos, formas que normalmente têm outros fins.

Para tanto, ela parte de três sentenças, decrescentes em grau de polidez: You must have some of this cake, You should have some of this cake e You may have some of this cake. A situação por ela imaginada, como mencionamos acima, é a de uma dona-de-casa oferecendo bolo a seus convidados.

Note-se que a primeira sentença, em que se emprega must, é considerada a mais cortês, enquanto que a última, em que aparece may, é tida como a menos cortês. Sabe-se, entretanto, que must é muito mais "forte" que may, pois é normalmente associado a obrigação imposta pelo falante. Já may pode ser associado a permissão - é, portanto, uma forma mais "fraca", pois deixa ao ouvinte a liberdade de escolher entre duas ou mais alternativas.

Para poder justificar sua afirmação de que a primeira é mais cortês, a autora recorre a fatores "extralingüísticos", tentando definir um princípio universal de cortesia lingüística. Basicamente, ela considera que, para ser cortês, um falante deve se colocar em situação de inferioridade com relação

ao ouvinte. O problema consiste em saber quando e como ser cortês, devido às diferenças culturais de uma língua para outra. Daí a complexidade da tarefa de um tradutor que, ao invés de traduzir apenas a estrutura superficial de uma sentença, deverá se ocupar também do contexto que a produziu.

Voltemos a considerar as três sentenças dadas como exemplo. Lakoff procura determinar as condições que fazem com que a primeira, em que se emprega must, seja mais polida do que aquelas em que aparecem should e may. Para que You must have some of this cake não implique coação do falante sobre o ouvinte e, portanto, deixe de ser polida, é preciso que se considere essa sentença ambígua, cabendo ao ouvinte desfazer a ambigüidade com base no contexto.

Os sentidos de must seriam, segundo Lakoff: (a) o falante, por ter posição superior à do ouvinte, impõe-lhe uma obrigação; (b) o falante "compele" o ouvinte a desempenhar uma certa tarefa, por ser esta desagradável; (c) o ouvinte deverá fazer o que se lhe diz, ou algo desagradável lhe acontecerá.

Podemos deduzir daí que a forma must é ambígua. Esta ambigüidade está prevista no sistema lingüístico em virtude das relações existentes entre must e as regras de cortesia. Conseqüentemente, o enunciado You must have some of this cake é ambíguo antes do falante empregá-lo. No momento do uso a ambigüidade se resolve - pelo contexto, o ouvinte sabe que o significado que o falante quer que ele infira é o de b. Should, neste contexto, seria menos cortês, pois colocando o falante e o ouvinte na mesma posição - o falante apenas sugere o que seria melhor fazer - dá a entender que o ouvinte só teria a lucrar se comesse do bolo, o que sem dúvida não é

próprio de uma situação cortês. May seria ainda mais rude, pois parte de dois pressupostos que contrariam as regras de cortesia: o falante é superior ao ouvinte; o ouvinte gostaria de realizar o ato proposto pelo falante.

Empregando must, contudo, o falante faz crer ao ouvinte, como já vimos, que a tarefa que lhe é imposta é desagradável e só coagido ele poderá executá-la. Assim o falante está, de certo modo, dando a entender ao ouvinte que este lhe fará um favor se se servir de bolo, isto é, o falante está se colocando em situação de inferioridade com relação ao ouvinte e, portanto, está empregando a regra 3 - "faça o outro indivíduo sentir-se à vontade".

A regra 1 e a regra 3 são incompatíveis, uma vez que a primeira recomenda que o falante mantenha um certo distanciamento do ouvinte. O uso da regra 1, numa situação em que se esperava 3, pode inclusive significar falta de polidez. Na nossa cultura, ela tem precedência sobre as demais. Em outras culturas, a ordem de precedência pode ser outra. Lakoff cita como exemplo o fato de que é considerado cortês, na sociedade chinesa, arrotar depois de uma refeição, como manifestação de agrado pelo que foi servido. É a aplicação da regra 3 a uma situação não-verbal. Na nossa cultura, essa regra seriapreterida em favor da regra 1: não impor - no caso, material proveniente das funções orgânicas.

Há casos em que a necessidade de clareza é mais importante que a observância da regra 3. Daí resultam, por vezes, sentenças inequivocamente rudes, como: Listen carefully! Talk back to me and you'll get the whipping of your life!<sup>32</sup> (p.14). Lança-se mão desse tipo de enunciado, em que a regra 1 tem precedência sobre a 3, como último recurso para se chegar até

o receptor. É uma forma enfática que não deixa dúvida quanto à mensagem que o falante quer fazer passar - que é, nesse caso, mais importante que o fazer com que o ouvinte se sinta bem.

Vimos, no início deste tópico, quais as três posições em que falante e ouvinte podem se colocar num ato de fala. Essas três posições - falante em igualdade, falante superior e falante inferior ao ouvinte - estão relacionadas à questão da cortesia lingüística. Na situação em que falante e ouvinte encontram-se na mesma posição, aplica-se melhor a regra 3. A manutenção de um clima de camaradagem tem precedência sobre a transmissão de informação. Se o falante encontra-se em situação de inferioridade com relação ao ouvinte, é de se esperar que funcionem as regras 1 e 2, que recomendam um quase não-envolvimento com os negócios do ouvinte. E, por último, na situação em que o falante se encontra em posição superior relativamente ao ouvinte, cabe melhor a regra 3 - o uso da primeira regra poderia talvez ser interpretado como ironia ou como demonstração da superioridade do falante (como no exemplo já mencionado May I ask you how much you paid for your new flat?), o que não seria cortês de forma alguma. O mesmo aconteceria se se empregasse a regra 2 - veja-se o exemplo I guess it's time to leave, que poderia ser interpretado como ordem para se ir embora.

Igualmente relacionada com o problema da cortesia e da relação falante/ouvinte está a questão da imposição. Esta também obedece a uma certa hierarquia, como veremos logo a seguir.

Em primeiro lugar, o falante pode impor uma obrigação sobre o ouvinte, como no exemplo dado por LAKOFF<sup>23</sup> (p. 240) :

You must go to the bathroom. Como a imposição é feita pelo falante, esse enunciado caberia numa situação em que o falante estivesse em situação de superioridade quanto ao ouvinte e o enunciado, então, não seria cortês. Mas poderia ser também empregado no caso de falante e ouvinte estarem na mesma posição e, nesse caso, corresponderia à regra 3 de cortesia: o ouvinte faria um favor ao falante se acedesse em ir ao banheiro - há, por exemplo, alguma coisa lá que o falante quer que ele veja, como uma nova peça ou a pintura recente. Já com You have to go to the bathroom, o falante simplesmente alerta o ouvinte sobre a necessidade que este tem de realizar o ato enunciado. O grau de imposição nessa sentença é menor que em You must go to the bathroom, mas ela é uma sentença mais grosseira - devido ao fato de lembrar ao ouvinte uma necessidade interior dele - a não ser que seja empregada, por exemplo, por uma mãe dirigindo-se a uma criança pequena. Aplica-se a casos em que o falante está em situação de igualdade - e nesse caso a sentença é descortês - ou de superioridade com relação ao ouvinte. Enquanto que neste tipo de enunciado o falante pode impor, mas simplesmente sugere, em You are supposed to go to the bathroom, ele meramente relata a imposição ou sugestão feita por alguém. Pode ocorrer nas três situações em que falante e ouvinte podem se encontrar: o falante está em situação superior à do ouvinte e não tem a preocupação de demonstrar cortesia; o falante e o ouvinte estão na mesma posição; o falante está em situação de inferioridade com relação ao ouvinte.

Por vezes, uma forma que demonstra claramente a relação falante superior ao ouvinte tende a cair em desuso, como é o caso de shall em enunciados do tipo de You shall stay with us

as long as you like<sup>26</sup> (p. 81). Por ter uma conotação de condescendência e autoritarismo, como explica Leech, essa forma mostra claramente a ascendência do falante sobre o ouvinte, daí ser descortês e estar sendo abandonada, principalmente pelas novas gerações.

Ainda com relação à questão da imposição, é conveniente lembrar que enunciados que tradicionalmente são considerados perguntas, como Would you mind closing the door? e Would you like to wait while I finish this report?, na realidade são ordens, corteses é certo, porque disfarçadas em interesse pela disposição do ouvinte em realizar o que se lhe pede<sup>26</sup> (p. 67).

### 2.3.3. Atitude do falante com relação ao conteúdo do enunciado

Os modais, em inglês, não expressam apenas a atitude do falante com relação ao ouvinte. Podem expressar também, e é esse aspecto que pretendemos considerar neste tópico, a atitude do falante com relação ao assunto expresso pelo enunciado.

Vimos, em 2.3.2, a distinção que Robin Lakoff mostrou existir entre um enunciado contendo must - You must go to the bathroom - e outro contendo have to - You have to go to the bathroom. Consideremos, agora, outros enunciados contendo must e have to, só que desta vez envolvendo verbos performativos: (1) John says you must return later e (2) John says you have to return later. Ao enunciar (1) o falante concorda com John que o ouvinte deve voltar mais tarde. Em (2), entretanto, ele apenas relata a ordem de John. Como os enunciados (1) e (2) estão reportando sentenças proferidas por John, podemos dizer

que eles manifestam a atitude do falante com relação ao conteúdo dessas sentenças. Como afirma LAKOFF<sup>23</sup>, o falante participa da obrigação de uma forma bastante indireta, pela simples manifestação de "simpatia" relativamente ao conteúdo do enunciado.

O mesmo se dá com sentenças do tipo de (3) Jim will help you e (4) Jim shall help you. Em ambas, a ajuda que o ouvinte receberá deverá provir de Jim. Ao emitir (3), contudo, o falante simplesmente relata a intenção ou disposição de Jim de ajudar o ouvinte, ao passo que (4) se assemelha a uma promessa da parte do falante, ele como que assegura ao ouvinte que a ajuda virá. Poderá intervir no caso, impondo sua vontade. Este enunciado revela, portanto, além da autoridade do falante, sua atitude com relação ao conteúdo, ou seja, com o fato de que a ajuda virá.

O falante pode também manifestar maior ou menor certeza com relação ao conteúdo, segundo uma certa hierarquia que vai da total incerteza à certeza mais completa e é expressa linguisticamente de várias maneiras, como nos mostra LAKOFF<sup>23</sup>, na página 242:

a. através de formas sentenciais do tipo

1. Is John there?
2. John is there, isn't he?
3. John is there.

b. através de formas que contêm verbos performativos

1. I ask whether John is there.
2. I gather John is there.
3. I say John is there.

c. através de enunciados contendo modais

1. John may be there.
2. John must be there.
3. John will be there.

Observe-se a correspondência existente entre as sentenças em 1, em 2 e em 3. A manifestação de incerteza existe tanto em Is John there? quanto em I ask whether John is there e John may be there. O mesmo se pode dizer da certeza relativa das sentenças em 2 - John is there, isn't he?, I gather John is there, John must be there - e da absoluta certeza das sentenças em 3: John is there, I say John is there e John will be there.

As sentenças de a e b não nos interessam diretamente neste trabalho, mas servem para nos mostrar que o fenômeno de manifestação de atitude do falante quanto ao conteúdo de seu enunciado (a atitude sendo, no caso, o crescente grau de certeza sobre a proposição), que é de fácil identificação nas sentenças de a e b, ocorre também com os modais em inglês.

#### 2.3.4. Must e should - natureza pragmática de sua distinção

Em 2.3.1, ao tratarmos da distinção entre can e may, vimos ser esta resolvida considerando-se a estrutura lógica de sentenças contendo esses dois modais. Já must e should parecem exigir considerações relativas ao contexto de enunciação para que sua distinção possa ser estabelecida.

Apesar das sentenças (1) John must be easy to talk to e (2) John should be easy to talk to<sup>23</sup> (p. 233) poderem ser parafraseadas por John is probably easy to talk to, sua equivalência não é completa. Em comum elas têm o fato de manifestarem a incerteza do falante, mas são empregadas em diferentes

contextos. (1) seria usada no caso do falante basear sua suposição em evidência presente. Lakoff descreve, como exemplo, a situação de um indivíduo que se encontra em uma sala-de-espera, tenso, aguardando sua vez de ser entrevistado por John. Outro indivíduo, no caso o falante que enuncia (1), e que se encontra perto da porta do escritório de John, conclui pelos sons que ouve através da porta, que John está bem-humorado e provavelmente dará boa acolhida ao primeiro indivíduo. É então que, de posse desse pressuposto, ele enuncia John must be easy to talk to.

Na mesma situação, o enunciado (2) poderia ser usado se o indivíduo que se encontra perto da porta baseasse sua suposição, não em evidências presentes - como ruído de vozes animadas e risos, mas em evidência passada: conhece John há muito tempo e sabe de sua natureza branda. Não pode assegurar que o diálogo entre John e o outro indivíduo transcorra calmamente, uma vez que não conhece o teor do que vai ser tratado, mas tem boas razões para supor que o indivíduo à espera de ser recebido por John não tem com que se preocupar. Daí o enunciado John should be easy to talk to.

A conclusão a que se pode chegar é a de que suposições baseadas em diferentes formas de evidência são expressas linguisticamente de modos diferentes. Isso nos reporta à noção de pressuposição de Fillmore, tratada em 2.2.1.4, e que se preocupa em determinar que condições fazem com que um indivíduo escolha uma forma lingüística em lugar de outra.

Uma das condições para o uso de should é a que foi mencionada acima. Há, pelo menos, mais uma: o falante deve encarar o fato favoravelmente. Assim, na situação mencionada acima não caberia o enunciado John should be hard to talk to<sup>23</sup>

(p. 234). Este seria adequado numa situação em que o falante desejasse que o indivíduo a ser recebido por John (um adversário, por exemplo, e que não fosse a pessoa a quem ele estivesse se dirigindo) fosse mal-sucedido na entrevista.

Tentaremos, a seguir, fazer um estudo semelhante ao desenvolvido por Lakoff com must e should, com outros pares como may/might, should/ought to, can/could e assim por diante.

### 2.3.5. Outros pares de modais

Nosso propósito, neste tópico, é expandir o estudo realizado por Lakoff, levando em conta pares de modais não abordados em seu trabalho. Certamente não pretendemos esgotar todas as possibilidades de análise; tentaremos simplesmente trabalhar com noções como pressuposição, intenção do falante, efeito perlocucional e assim por diante, uma vez que nosso objetivo é destacar a importância de informações contextuais para a descrição lingüística - no caso, descrição dos modais e essas noções, tratadas em parte no capítulo anterior e em parte neste, são de natureza pragmática.

#### 2.3.5.1. Can/could

Consideremos o seguinte diálogo<sup>40</sup> (p. 2):

A-But with this magic mist you could become the most powerful man in the entire world!

B-I'm putting my money in the bank!

A-You'd just have to spray a tiny bit on someone and 'poof', that person would do anything you ordered!

B-I'm putting my money in the ... Really? Tell me more about it.

A-You're a smart boy. You can't afford to pass up an opportunity like this! With this magic mist you can become the most powerful man in the entire world!

Comparando a primeira e a última sentenças, veremos que a única diferença entre ambas é o uso de could na primeira (1) e can na última (2). Tanto (1) como (2) podem ser parafraçadas por (3) With this magic mist it is possible for you to become the most powerful man in the entire world. Mas intuímos que existe algo que as diferencia.

A primeira sentença é iniciada com but, o que sugere que B está opondo resistência à tentativa de persuasão por parte de A. Podemos, desse modo, determinar uma das pressuposições que deve ter o falante, para poder empregar could neste enunciado: há pouca receptividade do ouvinte para com sua oferta e com base nessa evidência, o falante acha ainda remota a possibilidade de o ouvinte querer ficar com a mercadoria. Daí o uso de um enunciado contendo could.

A última sentença, por outro lado, é emitida quando as defesas de B começam a se quebrar. Confiando na maior receptividade deste, A emprega can, partindo do pressuposto de que a possibilidade não é mais tão remota. A tem a intenção de passar a B a mercadoria e o emprego de can evidenciaria essa intenção e funcionaria também como forma de pressão sobre B.

Considerações da mesma natureza podem ser feitas com relação aos dois enunciados seguintes que também contêm can e could: Can I see the photograph of your son? e Could I see the photograph of your son?.

O que faz com que a segunda pergunta seja mais cortês? Vimos, nas considerações acima a respeito de can e could, que a possibilidade é mais remota com could do que com can. O uso de could numa pergunta, portanto, por tornar mais distante a possibilidade, não constrangeria o ouvinte a atender o pedido do falante, isto é, este estaria obedecendo à primeira regra

de cortesia lingüística: não impor. Can, ao contrário, deixa ao ouvinte menos opções e é, portanto, menos cortês.

#### 2.3.5.2. May/might

Nosso intento, neste tópico, é abordar a distinção que pode haver entre may e might com base nas pressuposições do falante, isto é, com base em considerações pragmáticas.

Consideremos, então os seguintes enunciados:

- (1) Each copy may be read by 100 people<sup>37</sup>  
(p. 165)
- (2) George: What are you scared of, Sister?  
Catherine: What they might do to me now, after they've done all the rest!<sup>41</sup> (p. 54).

A sentença (1) e a sentença contendo might em (2) podem ser parafraseadas por:

(3) It is possible for each copy to be read by 100 people.

(4) What it is possible that they do to me now, after they've done all the rest!

Nos dois casos temos a expressão de possibilidade. Entretanto, não usaríamos may em todos os contextos em que fosse possível empregar might e vice-versa.

Antes de prosseguirmos com esses exemplos, examinemos o contraste que pode haver entre os enunciados (5) - já considerado em 2.3.1 - e (6):

(5) Football players may be sex maniacs.

(6) Football players might be sex maniacs.

A distinção aqui, parece-nos, está ligada à atitude do falante. Estas duas sentenças significariam aproximadamente:

(7) It is possible for football players to be sex mani-

acs.

(8) It is possible for football players to be sex maniacs but I strongly doubt it.

Partindo do pressuposto de que a possibilidade é bastante remota, com base em sua incerteza quanto ao fato, o falante elege might em (6). Ao enunciar (5), contudo, fica manifesta a certeza do falante de que, em algum mundo possível, todos os jogadores de futebol são maníacos sexuais.

Voltemos, agora, a considerar as sentenças (1) e (2).

Em (1), o falante expressa sua certeza quanto à possibilidade de cada cópia ser lida por cem pessoas. Em (2), a possibilidade de que algo possa ser feito a Catherine existe, mas ela manifesta total incerteza quanto ao que possa ser. Além disso, há a perspectiva de que esse fato possa ser desagradável e ao escolher might, Catherine poderia estar tentando torná-lo mais distante, hipotético.

Observemos estes outros exemplos:

(9) Catherine: (...) Can I - can I stand up?  
Doctor: Yes, but be careful. You might feel a little bit dizzy<sup>41</sup>  
 (p. 69).

Ao empregar might em seu enunciado, o médico poderia pretender produzir um certo efeito sobre Catherine: prepará-la para algo desagradável que poderia lhe acontecer, tornando-o uma possibilidade mais remota.

(10) (...) It makes you tell the truth because it shuts something off that might make you able not to and everything comes<sup>41</sup> out, decent or not decent (...)<sup>41</sup> (p. 45).

Neste exemplo, é o que poderia impedi-la de dizer a verdade que deve ser mantido à distância.

(11) I know that if I move too fast I might provoke an

accident.

Novamente a expectativa é a de que algo desagradável possa acontecer. Contrastemos (11) com

(12) I know that if I work attentively I may get better results.

Comparemos (13) com (14):

(13) You'd better not! It might be dangerous.

(14) You must go to the ball. It may be your long-awaited chance.

Em (13), o desejo do falante de manter afastada a possibilidade de o ouvinte querer realizar determinado ato por ser o mesmo perigoso, faz com que ele empregue might. Já em (14), o uso de may revelaria a intenção do falante de convencer o ouvinte de que algo agradável lhe vai provavelmente acontecer.

O mesmo ocorre com:

(15) It may be a lot of work, but it'll pay off in the end<sup>24</sup> (p. 3).

Numa situação em que o falante duvidasse da possibilidade de vir a concluir o trabalho e quisesse expressar seu ceticismo ou sua pouca disposição em empreender a obra, ele provavelmente emitiria It might be a lot of work. Mas a sequência but it'll pay off in the end revela a confiança do falante - note-se que aí se emprega will, que muitas vezes é associado a determinação - e contribui para que este eleja may.

Consideremos, por último, o seguinte exemplo:

(16) Many Spaniards fear that die-hard elements in the military might stage a 'coup d'état' to block any march to democracy<sup>37</sup> (p. 129).

Pressupõe-se, aqui, que a democracia é algo desejado

pelos espanhóis e que um golpe de estado que frustrasse esse desejo deve ser evitado, deve ser mantido à distância. E o desejo de afastar o fato desagradável seria expresso pela escolha de might pelo falante.

Como pode ser observado nos exemplos apontados, são fatores contextuais que nos permitem formular hipóteses como as apresentadas neste tópico que, segundo nos parece, esclarecem o significado dos modais em estudo.

#### 2.3.5.3. Must/ought to

As duas formas must e ought to têm, muitas vezes, sido tratadas como equivalentes, por serem ambas empregadas quando se deseja expressar obrigação. Existem diferenças, ainda que sutis, em seus significados e é preciso considerar o maior ou menor grau de imposição que elas manifestam.

Lakoff, em seu trabalho, contrasta must com have to<sup>23</sup>. Enquanto que em enunciados contendo must a obrigação é imposta pelo falante, naqueles contendo have to a obrigação é externa: é a própria necessidade do ouvinte de realizar determinado ato que é expressa.

Consideremos, agora, must e ought to nos seguintes exemplos:

- (1) What must and will come here is democratic socialism<sup>37</sup> (p. 166).
- (2) The people must have a voice!<sup>37</sup> (p. 166)
- (3) Do you think we ought to investigate it?<sup>9</sup> (p. 6).
- (4) Before we look for another job, maybe we ought to find out what you' re best suited for, Muck<sup>9</sup> (p. 9).
- (5) The American people, through their

Congress, must seriously question whether an arms agreement ought to be made with the pathologically secretive Soviets<sup>37</sup> (p. 98).

Observando-se os exemplos acima, podemos constatar que em todos eles a obrigação é imposta pelo falante, tanto naqueles que contêm must como nos que contêm ought to. Ao emitir um enunciado contendo must, entretanto, o falante expressa convicção plena de que tal ato deve ser realizado. Note-se em (1) o emprego de will, logo após must, reforçando a determinação. Ought to ou should não caberiam, de forma alguma, em lugar de must, nesse enunciado. O contexto exige must. Já em (2), se o falante não tivesse absoluta confiança em sua proposição, poderia eleger should. A intenção do falante seria então a de expressar sugestão.

Consideremos a sentença (3). A dúvida do falante está triplamente expressa: em primeiro lugar, pelo emprego de uma forma de pergunta; depois, pelo uso de think, solicitando sugestão do ouvinte; e, finalmente, pela escolha de ought to.

Em (4), apesar de ser o falante quem impõe a obrigação, a falta de confiança na eficácia de sua idéia - procurar um emprego que seja adequado para Muck - faz com que ele empregue ought to e não must. A escolha de maybe confirma essa hipótese.

O exemplo mais interessante é, sem dúvida, o enunciado (5). No mesmo enunciado são empregados must e ought to, o que facilita o contraste entre eles. A certeza absoluta do falante, sua confiança na idéia de que é preciso questionar a conveniência da realização de um acordo de limitação de armas com os soviéticos, é expressa pelo uso de must na primeira parte do enunciado. É como se ele dissesse: I'm saying that

the American people, through their Congress, are obliged to question ... . O autor não duvida de que é preciso refletir sobre o problema. Agora, do que ele não está cem por cento certo é se esse acordo deve ou não ser feito, daí o uso de ought to em whether an arms agreement ought to be made with the pathologically secretive Soviets.

Comparemos, para maior clareza, o enunciado (5) com The American people consent that an arms agreement must be made with the Soviets. Neste exemplo, não resta dúvida que a atitude do falante é de certeza quanto à necessidade de realização do acordo. Ele simultaneamente relata e participa dessa certeza.

Consideremos, como último exemplo, o seguinte texto que trata das providências que podem ser tomadas para se resolver o problema de motoristas que costumam dirigir drogados<sup>37</sup> (p. 110):

There are two avenues we can take right away.

(1) First, state legislatures ought to immediately pass laws imposing a high fine and/or other stiff penalty for possession of marijuana in a vehicle - including taxis, buses, trucks, trains and planes.

(2) Second, we must inaugurate educational programs by governmental agencies, insurance companies, foundations, private groups and, especially, high-school and private-driving instructors.

No parágrafo (1), o autor emprega ought to e no (2), must. Comparando-se os enunciados dos dois parágrafos, pode-se perceber, no segundo, a maior convicção do falante quanto ao que deve ser feito. Ele está de posse dessa certeza, porque se inclui na obrigação - we. Já o enunciado (1) equivaleria à sugestão de realizar um determinado ato, realização esta que dependeria de legislação sobre o assunto e sobre a

qual o falante não poderá manifestar certeza. Daí a escolha de ought to.

#### 2.3.5.4. May/permissão, Can/possibilidade - uma espécie de imperativo

Numa análise de base exclusivamente semântica, You may go pode ser parafraseado por I give you permission to go. May, em tal enunciado, teria o significado de que está cancelada uma proibição anterior ou que está deonticamente determinada uma ação que não o tinha sido ainda\* .

Mas há um significado na sentença You may go, apontado por LEECH<sup>26</sup> (p. 68) em Meaning and the English Verb, que emana do contexto em que tal sentença é enunciada. É o significado que ela tem quando é empregada por um falante de 'status' social superior ao do ouvinte. O pressuposto, aqui, é o de que a autoridade do falante é tanta que o fato de ele dar permissão para o ouvinte realizar o ato deve ser entendido como uma ordem para que o ato seja realizado. Por ser uma forma autoritária, não pode ser usada quando o falante e o ouvinte têm o mesmo 'status' social ou quando o 'status' do falante é inferior ao do ouvinte.

Já em Mike and Willy, you can be standing over there, exemplo dado por LEECH<sup>26</sup> (p. 71) como sendo uma ordem de um produtor de teatro a membros do elenco, a autoridade do falante é abrandada. Ainda assim, tal enunciado é também uma forma de comando. É considerado, entretanto, um imperativo democrático. Como o falante não deseja impor sua autoridade,

---

\*A lógica da obrigação e permissão é chamada de deôntica, ramo da lógica modal (LYONS<sup>29</sup>, p. 823).

ele escolhe can com o sentido de possibilidade e não de permissão, como no exemplo com may. Desse modo, a paráfrase do enunciado contendo can seria: Mike and Willy, it is possible for you to be standing over there. A escolha do aspecto progressivo comprova que a intenção do falante é empregar o can de possibilidade (o aspecto progressivo não ocorre com can permissão), que em lugar de "outorgar permissão" apenas aponta ao ouvinte uma possibilidade que ele poderia não conhecer.

### 2.3.6. A ironia expressa através dos modais - considerações baseadas em informações pragmáticas

Neste tópico tencionamos investigar o que vem a ser a ironia lingüística e de que modo os modais podem expressá-la. Vejamos, em primeiro lugar, o que diz ROBIN LAKOFF<sup>22</sup> (p. 294) sobre o assunto em The Logic of Politeness:

(...) If we match a polite construction with an impolite meaning, either irony or out-and-out aberrancy will occur, on pragmatic grounds alone.

Lakoff faz essa afirmação como justificativa para a inaceitabilidade da sentença Can you take your methodology and shove it? - discutida em 2.1.3.2 - se não estiver num contexto onde possa ser interpretada como manifestação de ironia.

Na ironia, o falante ao invés de abertamente manifestar seu desagrado, sua impaciência, seu 'status' superior, utiliza-se de uma forma cortês, que demonstra consideração pelo ouvinte, dá-lhe opções, não impõe e que consegue seu efeito justamente pelo choque com o significado real que o falante faz com que o ouvinte dela infira. Um tom de voz mais frio, uma expressão facial de exagerada cortesia podem reforçar a

mensagem. Mas o próprio contraste do enunciado realmente emitido com aquele que se esperava cria o efeito.

Procuraremos determinar, nos enunciados que se seguem, as intenções dos falantes ao emití-los, o efeito que eles pretendem causar nos ouvintes e o que faz com que tais enunciados expressem ironia.

(1) What, may I ask, are you doing here?

O enunciado acima poderia ser emitido no caso de o ouvinte ter sido surpreendido num local onde, segundo o falante, ele não deveria estar. A presença do ouvinte ali é, portanto, irregular. No entanto, o falante usa uma forma de cortesia, may I ask, como se se dirigisse a um superior. Aí é que ele consegue o efeito de ironia: ele acha que o ouvinte tem obrigação de responder, sabe que ele está numa situação de inferioridade - foi surpreendido onde não deveria estar - e para exprimir seu 'status' superior e ao mesmo tempo censurar o ouvinte, emprega uma forma de cortesia numa situação em que se esperava forma mais rude.

(2) Do you have to make all that noise?

A pressuposição que um falante deve ter, ao empregar have to num enunciado do tipo de (2), é a de que o ouvinte é que tem a necessidade de realizar o ato determinado. Não é o falante quem impõe a obrigação. Sendo assim, ao enunciar (2), o falante como que pergunta se o ouvinte sente uma compulsão de fazer todo aquele barulho. Como ele já sabe que a resposta será negativa e que o ouvinte faz o barulho porque quer, o que o falante realmente quer dizer é que não há necessidade alguma de o ouvinte fazer tanto barulho. Sua construção polida não revela deferência para com o ouvinte, quer apenas desconcertá-lo.

- (3) Carter: Andy ... your speeches are upsetting my Foreign Policy!  
 Young : Like when I referred to the President of South Africa as "the Head Honke" ... ?  
 Carter: Yes! Can't you be more polite?!<sup>31</sup> (p. 9).

A última sentença de (3) poderia ser parafraseada por Aren't you capable of being more polite?. A pressuposição do falante seria a de que é perfeitamente possível para o ouvinte ser polido; ele não o é porque não quer. Daí a ironia da pergunta Can't you be more polite?.

Algo semelhante ocorre com:

- (4) Why can't people answer my questions?

O falante, aqui, sabe que as pessoas podem responder às suas perguntas, mas não o fazem. O que o falante questiona, então, através de seu enunciado, é a razão das pessoas agirem dessa forma, não sua capacidade de responder perguntas.

Vejamos um outro exemplo que ajudaria a reforçar nossa hipótese:

- (5) Maggie said she wasn't ready yet to cut prices. The woman said with a sweet smile that she might have to with goods of such poor quality<sup>37</sup> (p. 151).

No diálogo entre Maggie e a outra senhora, esta emprega might numa forma que normalmente seria cortês, por dar opções ao ouvinte. Ela não afirma que Maggie teria que baixar o preço, mas que "poderia ter" que fazê-lo. O "doce sorriso" do falante ajudaria a mostrar que a forma cortês simplesmente disfarçaria a intenção do falante de agredir.

LEECH<sup>26</sup> (p. 70) menciona também o caso de enunciados mais ou menos ofensivos, como If he doesn't like it, he can lump it, You can forget about your holiday e You can jump into the lake. Nestes, diz ele, através do emprego de modais

o falante oferece ao ouvinte possibilidade de escolha, embora saiba exatamente qual é a escolha que o ouvinte fará ou que não há como o ouvinte deixar de realizar o ato proposto. Resulta disso o enunciado de sentenças descorteses, devido à ironia que lhes dá o uso de can.

### 3. CONCLUSÃO

Retomemos, agora, de uma maneira sucinta, as abordagens efetuadas sobre os modais em inglês até os nossos dias.

A Gramática Tradicional, embora tenha a seu favor o fato de muitas vezes ter levado em consideração o significado na descrição dos modais, limitou-se a efetuar uma listagem de seus usos, sem apresentar uma visão de conjunto.

A abordagem dos modais efetuada pelo Estruturalismo Americano mostrou-se inferior à da Gramática Tradicional: não fez mais que considerar suas características morfofonêmicas.

Quanto à Linguística Gerativo-Transformacional, o estudo que ela se propôs realizar a respeito dos modais foi de base essencialmente sintática. Ela pouco se preocupou com o uso da língua, embora alguns lingüistas gerativos, mais recentemente, estejam tentando incorporar fatos relacionados ao contexto na descrição lingüística dos modais. Esse é o caso de Robin Lakoff, cujo trabalho sobre os modais mereceu maior atenção nesta dissertação.

A incorporação de informações contextuais parece ser indispensável na questão modais, embora não haja consenso quanto à maneira de realizá-la. Uma das posições é a de que o contexto pode ser considerado como um fator acessório na descrição dos modais, como quer LEECH<sup>26</sup> (p. 66):

(...) their meaning has both a logical and a practical (or pragmatic) element.

We can talk about them in terms of such logical notions as permission and necessity, but this done, we still have to consider ways in which these notions become remoulded by the psychological pressures which influence everyday communication between human beings: factors such as condescension, politeness, tact, and irony.

Nem todos os lingüistas, porém, consideram acessórios os fatores pragmáticos. Para alguns, como Haberland e Mey, o contexto é fator determinante do significado do signo lingüístico. Outros, como Lewis, postulam, ao lado da sintaxe, uma semântica que também leve em conta os fatores pragmáticos. Há ainda os que reservam as informações pragmáticas para uma teoria do desempenho.

Foi por levar em conta a existência de fatos relativos ao contexto de enunciação - dêixis, escalas de formalidade, atos de fala e outros (que foram tratados no capítulo 2.2) - e por tomar consciência de sua relevância na descrição lingüística, que optamos por enfocar mais demoradamente uma abordagem dos modais que levasse em conta informações de natureza pragmática. Apoiamo-nos no trabalho de Robin Lakoff The Pragmatics of Modality, no qual ela procurou mostrar que são fatores pragmáticos que determinam, em parte, a escolha dos modais.

Além de nos reportarmos às considerações tecidas por Lakoff sobre a quantificação na distinção entre may e can e à natureza pragmática da distinção entre must e should, procuramos realizar um estudo informal sobre outros pares de modais, sempre tendo em vista considerações contextuais. Tratamos também da questão da expressão de ironia, questão essa de nítidos contornos pragmáticos.

Consideramos este trabalho apenas como uma reflexão so-

bre o estudo dos modais até os nossos dias e sobre considerações relevantes inerentes à sua descrição, que foram na maioria das vezes negligenciadas. Ocupamo-nos apenas de poucos pares de modais, pois nosso objetivo não foi efetuar uma descrição completa dos modais, mas sim chamar a atenção para a importância do contexto em sua descrição.

Tendo em vista o novo enfoque do problema proposto pelos lingüistas contextualistas, alterações no modo de se ensinar os modais em inglês serão inevitáveis. Não que os resultados da pesquisa lingüística possam ser simplesmente transferidos para a Metodologia. O que deve haver é um inter-relacionamento entre a prática de sala-de-aula e a investigação em nível teórico de como funcionam as línguas naturais, de forma que ambas se possam beneficiar e ser aperfeiçoadas.

Apesar das novas orientações que tem sofrido a Lingüística, o ensino do inglês tem sido quase todo ele baseado nos postulados da Gramática Tradicional e do Estruturalismo. Entretanto, essa situação, acreditamos, pode ser modificada. Vejamos, então, que perspectivas existem para a realização de novos trabalhos que levem em conta as considerações tecidas no trabalho que ora estamos realizando e que poderão apontar novos caminhos para o ensino de inglês, pelo menos na questão modais.

Um trabalho possível, envolvendo considerações de natureza pragmática, seria uma análise contrastiva das condições de uso dos modais em inglês e português. Um programa de ensino poderia ser então elaborado com base nesse estudo comparativo, no qual seriam consideradas mais relevantes aquelas situações que requeressem diferentes configurações sintáticas superficiais nas duas línguas.

Outro possível trabalho sugerido pela presente dissertação seria a elaboração de material didático que superasse as insuficiências do material existente, tanto no ensino baseado na Gramática Tradicional quanto naquele que se apóia no Estruturalismo, pois a questão do significado dos modais e sua adequação contextual que, como vimos no corpo deste trabalho, parece ser fundamental (a escolha de um determinado modal e não outro envolve intenções, desejos, certeza e outras noções desse tipo), é tratada como algo secundário nos tipos de ensino acima mencionados.

A aplicação de conceitos da Linguística Gerativo-Transformacional numa gramática pedagógica parece não ser tão "direta" quanto a que se pode fazer com a Gramática Tradicional e o Estruturalismo, visto que predominam na LGT regras altamente abstratas. Em Chomsky: Selected Readings, ALLEN e VAN BUREN<sup>1</sup> (p. 150) sugerem o seguinte procedimento para a criação de uma gramática pedagógica que leve em consideração os pressupostos da Linguística Gerativo-Transformacional:

(...) devise an eclectic teaching model by retaining the surface structure as the basic mode of presentation, but incorporating deep structure insights whenever this can be done without incurring too many abstract rules.

Tal abordagem evitaria a complicada apresentação de séries de regras transformacionais mas introduziria no ensino reflexões sobre a organização da língua, procuraria tirar proveito da intuição linguística do aluno para o ensino da gramática, por exemplo, fazendo-o perceber fenômenos como sinonímia e ambigüidade.

Entretanto, uma abordagem metodológica do tipo esboçado no parágrafo anterior, embora signifique sem dúvida um avanço

com relação às gramáticas tradicionais e estruturalistas, deixa de lado um aspecto no nosso entender de extrema relevância: a adequação contextual dos enunciados. Um ensino como o entrevisto acima dirigiria sua atenção para a competência lingüística e não para a competência comunicativa dos falantes\* .

Parece ter ficado clara nossa posição de que, na questão do ensino dos modais, parece certo que fatores pragmáticos - relacionamento falante/ouvinte e 'status' social, por exemplo - devem ser considerados na elaboração de um programa de ensino.

Considerações mais minuciosas com relação a essa questão fugiriam do escopo do nosso trabalho. Pretendemos, com as observações acima, simplesmente apontar as possibilidades sugeridas para o ensino dos modais por um estudo centrado em seus aspectos contextuais. Acreditamos haver aí um amplo caminho aberto para a pesquisa e para a experimentação em nível de sala-de-aula.

---

\*Sobre competência comunicativa ver tópico 2.2.2.

## 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. ALLEN, J. P. & van BUREN. Chomsky: selected readings. London, Oxford University Press, 1971. 166 p.
02. BACH, Emmon. A lingüística estrutural e a filosofia da ciência. In: COELHO, Marta; LEMLE, Miriam & LEITE, Yonne, org. Novas perspectivas lingüísticas. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1970. 144 p. p. 14.
03. BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. São Paulo, Nacional, 1976. 387 p. cap. 20 e 21.
04. \_\_\_\_\_. Problèmes de linguistique générale, II. Paris, Gallimard, 1974. 356 p.
05. BLOOMFIELD, Leonard. Language. New York, Holt, Rinehart, and Winston, 1933. 564 p.
06. CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. História da lingüística. Petrópolis, Vozes, 1975. 195 p.
07. CHOMSKY, Noam. Syntactic structures. Haia, Mouton, 1957. 116 p.
08. \_\_\_\_\_. Aspects of the theory of syntax. Cambridge, the MIT Press, 1965. 251 p.
09. CRAZY. New York, Marvel Comics Group, v. 1, n. 51, jun. 1979. 49 p.
10. DUCROT, Oswald. Princípios de semântica lingüística; dizer e não dizer. São Paulo, Cultrix, 1977. 331 p.
11. FILLMORE, Charles J. Verbs of judging: an exercise in semantic description. In: FILLMORE, Charles & LANGENDOEN, D. T., eds. Studies in linguistic semantics. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1971. 296 p.
12. FRIES, Charles Carpenter. The structure of English. London, Longman, 1952. 304 p.
13. GLEASON, Jr., H. A. An introduction to descriptive linguistics. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1955.
14. HABERLAND, L. & MEY, Jacob. Editorial: linguistics and pragmatics. Journal of Pragmatics, Amsterdam, North-Holland Publishing Co., 1(1):1-12, Apr. 1977.

15. HARSH, Wayne. Three approaches: traditional grammar, descriptive linguistics, generative grammar. English Teaching Forum. Washington, 13(1/2):3-10, 1975.
16. HARRIS, Zellig S. Distributional structure. Word X, 142-62. Retomado em KATZ, eds., 1964, 33-49.
17. HOCKETT, Charles F. A course in modern linguistics. New York, MacMillan, 1958. 621 p.
18. HYMES, D. H. On communicative competence. In: PRIDE & HOLMES, eds. Sociolinguistics: selected readings. Harmondsworth, Penguin, 1972. 381 p. p. 269-93.
19. JACOBS, Roderick A. & ROSENBAUM, Peter S. English transformational grammar. Waltham, Blaisdell, 1968. 294 p.
20. JESPERSEN, Otto. Essentials of English grammar. London, George Allen and Unwin, 1933. 387 p.
21. LAKOFF, Robin. El lenguaje en su entorno. In: ZAVATA, Víctor Sánchez de, comp. Semántica y sintaxis en la lingüística transformatoria, II: algunos temas y planteamientos nuevos. Madrid, Alianza Editorial, 1976. 459 p. p. 403-35.
22. \_\_\_\_\_. The logic of politeness. In: CORUM et al, eds. Papers from the 9th Regional Meeting, Chicago Linguistics Society. Chicago, CLS, 1973. 550 p. p. 292-305.
23. \_\_\_\_\_. The pragmatics of modality. In: PERANTEAU et al, eds. Papers from the 8th Regional Meeting, Chicago Linguistics Society. Chicago, CLS, 1972. 540 p. p. 229-46.
24. LAUGH. New York, Close up, n. 336, Mar. 1979. 31 p.
25. LEE, Chungmin. Embedded performatives. Language Journal of the Linguistic Society of America. Baltimore, 51(1):105-8, Mar. 1975.
26. LEECH, Geoffrey N. Meaning and the English verb. London, Longman, 1971. 131 p.
27. LYONS, John. Chomsky. London, Wm. Collins, 1970. 120 p.
28. \_\_\_\_\_. Introduction to theoretical linguistics. Cambridge (Eng), Cambridge University Press, 1968. 519 p.
29. \_\_\_\_\_. Semantics. Cambridge (Eng), Cambridge University Press, 1977. 2 v. v. 2.
30. MACLAY, Howard. Overview. In: STEINBERG & JAKOBOVITS, eds. Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology. Cambridge (Eng), Cambridge University Press, 1971. 603 p.

31. MAD. New York, E. C. Publications, v. 1, n. 197, Mar. 1978. 48 p.
32. —. New York, E. C. Publications, v. 1, n. 207, Jun. 1979. 48 p.
33. PALMER, Frank. The English verb. London, Longman, 1965. 268 p.
34. PONTES, Eunice. Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Vozes, 1973. 145 p.
35. QUIRK, Randolph; GREENBAUM, Sidney; LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. A grammar of contemporary English. London, Longman, 1972. 1120 p.
36. QUIRK, Randolph & GREENBAUM, Sidney. A university grammar of English. London, Longman, 1973. 484 p.
37. READER'S DIGEST. New York, The Reader's Digest Association, v. 114, n. 685, jun. 1979. 286 p.
38. ROBERTS, Paul. English syntax. New York, Hartcourt, Brace & World, 1964. 434 p. intro. X.
39. RUWET, Nicolas. Introdução à gramática gerativa. Trad. Carlos Vogt. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 357 p.
40. TOM & JERRY. New York, Western Publishing Co., n. 283, jun. 1974. 31 p.
41. WILLIAMS, Tennessee. Suddenly last summer. New York, New York Lib of World Literature, 1958. 93 p.

## ERRATA

Na página 8, linha 16, onde se lê GREGOFFREY, leia-se GEOFFREY.

Na página 12, linha 19, onde se lê He will do whatever you say, leia-se He will do it whatever you say.

Na página 17, linha 23, onde se lê afirmava que, leia-se afirmava, segundo Lyons, que.

Na página 39, linha 28, onde se lê 74, leia-se 29.

Na página 40, linha 25, onde se lê 29, leia-se 21.

Na página 87, item 18, onde se lê Harmandsworth, leia-se Harmondsworth; na mesma página, item 19, onde se lê v. 2, leia-se v. 1 e 2.

Na página 88, item 33, onde se lê 1965, leia-se 1974 (2. ed); na mesma página, item 38, onde se lê Hartcourt, leia-se Harcourt.